



Universidade, sociedade e território no Brasil: Um estudo de caso na Bahia

Marialda da Silva Brito

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tdx.cat) i a través del Dipòsit Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX ni al Dipòsit Digital de la UB. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX o al Dipòsit Digital de la UB (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tdx.cat) y a través del Repositorio Digital de la UB (diposit.ub.edu) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR o al Repositorio Digital de la UB. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR o al Repositorio Digital de la UB (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tdx.cat) service and by the UB Digital Repository (diposit.ub.edu) has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized nor its spreading and availability from a site foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository is not authorized (framing). Those rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.

Universidade de Barcelona
Facultad de Geografía e História
Departamento de Geografía Física y Análisis Geográfico Regional
Programa de Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y
Gestión Ambiental

UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NO
BRASIL:
UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA

Marialda da Silva Brito

Tese apresentada ao Programa de Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Faculdade de Geografía y História da Universidade de Barcelona, como requisito para obtenção do grau de Doutor.
Diretora da Tese: M. Belén Gómez Martín

Barcelona
2013

CAPÍTULO 2. Universidade, sociedade e território: aproximação conceitual

A relação entre universidade, sociedade e território é por vezes bastante complexa, uma vez que envolve toda uma gama de fatores que distam da importância de cada uma delas e conseqüentemente da contribuição que tem a dar ao conjunto, ou seja, são interdependentes e, portanto, fica quase impossível falar de um sem se referir ao outro.

Deste modo, a universidade é um produto da sociedade e ambos são determinantes na configuração ou existência do território, marcando e refletindo assim suas características e dinâmicas no espaço e no tempo.

Todavia é importante conhecer alguns conceitos sobre cada uma dessas estruturas e fim de perceber melhor a interrelação entre elas e como isto vem se dando no mundo atual.

Portanto estabelecer inicialmente e claramente um conceito de universidade, por vezes, parece um tanto quanto complexo, uma vez que a própria literatura sobre o assunto – universidade, vem abordando a discussão muito mais do seu papel e funções, além das atuais circunstâncias nas quais se encontra, do que propriamente definições do seu significado.

Por outro lado, sem adentrar muito nas suas características funcionais, pode-se entender a universidade como uma instância de materialização do saber, ou seja, onde se pode estruturalmente ter as circunstâncias que propiciam o desenvolvimento da ciência sob e para diversos fins.

Neste sentido é possível verificar em Silva (1999, p. 17), a seguinte referência ao conceito de universidade:

As universidades, principalmente quando pensadas como uma abstração maiúscula (a Universidade), sempre se qualificaram como templo do saber ou, mais humildemente, como o lugar privilegiado do conhecimento, tanto no sentido de que este ali se produz, quanto no sentido de que ali se mantém sob o crivo crítico e assim se pode difundir. Assim, são verdadeiros e exemplares os conhecimentos produzidos, mantidos e reconhecidos pela universidade.

Sim, nesta colocação o autor não só coloca a universidade como o ambiente do saber como o legitima através dela, deixando claro que é nela onde o conhecimento tem o seu espaço de desenvolvimento como também de manutenção, reconhecimento e divulgação.

Mas como as concepções sobre universidade não se definem apenas neste papel dada a sua complexa e vasta abrangência tanto territorial quanto social; a abordagem de *Georgen* (1998, p. 13) dar o teor do que aqui se quer explicitar sobre o assunto:

"Universidade" não é um conceito unívoco. Há universidades de diferentes tipos e estas se definem pela sua vocação. Esta vocação define-se, por sua vez, a partir do contexto sociocultural na qual ela está envolvida, dos objetivos que cada instituição se propõe e dos recursos humanos e materiais de que dispõe. Só isto seria assunto para longos debates. Para dizê-lo de forma muito pragmática e sucinta, cada universidade precisa assumir sua história e sua identidade na intersecção com o ambiente no qual está inserida. Assim, a particularização e a diversidade são a outra face da universalização e padronização do movimento contemporâneo da globalização. Pode-se dizer que os dilemas da universidade giram em torno do universal/local e do social/individual. E é neste sentido que vemos não apenas o caminho por onde as universidades chamadas regionais ou comunitárias devem caminhar, mas a importante missão que têm a cumprir no cenário acadêmico nacional no que diz respeito ao atendimento das necessidades de populações regionais como também ao conhecimento, ao reconhecimento, à preservação e ao desenvolvimento de culturas locais. De outra parte, não se pode amordaçar as universidades com vocação e recursos para o desempenho de um papel mais amplo e universal no campo das ciências básicas, das ciências humanas e da cultura.

Nesta elaborada colocação sobre universidade, é perceptível observar que tal instituição está intimamente atrelada, na sua concepção, a história e ao contexto sócio-cultural no qual surgiu, e neste sentido, ela já é uma complexidade por si só, como também tem um importante papel no desenvolvimento da comunidade na qual se insere. Neste sentido a universidade é um agente criado em um dado espaço cultural, existindo por ele e para ele em todos os sentidos, tendo que por outra via repercutir esta influência em um contexto mais global quanto às atividades que desenvolvem e que promovem as culturas locais.

A universidade tem também nesta concepção a tarefa de cumprir duplo papel quando proporciona o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo em particular. Assim o contexto universidade não é algo individualizado, mas extremamente ligado as funções sociais, onde a interrelação entre ambos se faz em vários níveis e momentos.

Um conceito simplório sobre universidade, mas muito esclarecedor é o de *Sefidvash* (1994, p. 1):

A universidade, se executa seu verdadeiro papel, tem um efeito transformador na sociedade. O capital da universidade é o cérebro. O papel da universidade é desenvolvê-lo. /as universidades devem desenvolver mentes criativas para resolver os problemas do futuro das sociedades e da humanidade. A universidade é distinto da escola do segundo grau. Na universidade os estudantes não apenas recebem informações para serem instruídos, mas é o lugar onde eles procuram conhecimentos e estão sendo educados.

Se percebe aqui que antes de mais nada, a universidade tem como função preliminar de trabalhar o indivíduo, a sua potencialidade mental, no sentido de prepará-lo para resolver os problemas sociais inerentes ao seu viver, então é uma função muito mais profunda porque não se está apenas fornecendo um conteúdo a pessoa, mas procurando

dar a ela condições de saber aplicar seus conhecimentos, ou seja, dando de fato a oportunidade de se educar.

Já em Sousa Filho (sem data, p.4), a universidade é o ambiente da busca do conhecimento, conforme afirma:

A busca da verdade como conhecimento da realidade é uma tarefa à qual os homens devem se consagrar livremente e com todas as suas energias, lutando contra todos os constrangimentos. A universidade se configura como um exemplo de instituição em que, como em nenhuma outra, essa tarefa se realiza e passa a ser em torno desse objetivo que ela se organiza e orienta seus fins. É por essa razão também que ela somente consegue realizar essa sua natureza se se mantiver autônoma. Autonomia que se concretiza na liberdade acadêmica, de pensamento – na mais pura tradição idealista, a procura da verdade de maneira desinteressada e livre. A verdade como conhecimento da realidade não pode estar subordinada a nenhum interesse que não seja os interesses do conhecimento, embora não possam se desvincular de objetivos públicos, e, por isso, nem sempre consensuais.

Paralelamente afirma que a busca do conhecimento na universidade só é possível se a mesma permanecer autônoma, ou seja, e isto significa aqui se ela estiver em busca do conhecimento verdadeiro, sem estar, portanto subordinada a interesses escusos ou que fuja a este propósito.

Para Serrano (sem data), a universidade cumpre uma função acadêmica fundamentada em bases teórico-metodológicas; uma função social onde promove a organização social e a construção da cidadania e a uma função articuladora do saber e do fazer e da universidade com a sociedade. Esta tripla direção faz da universidade uma extensão de poder e influência muito expressivas no meio no qual está inserida, pois se confunde com o fazer social e dele depende para a sua existência, sendo assim um produto e um agente de transformação e dinâmica da própria sociedade.

De toda sorte, a universidade, como um verdadeiro templo do saber e agente de fomento a produção e reprodução do conhecimento, se diferencia e se afirma em uma estrutura chave que a coloca exatamente na categoria a qual se propõe, deste modo ela deve atuar em direções específicas para ser proativa e cumprir suas tarefas.

Portanto, sejam quais forem as intenções das universidades, elas têm ao todo e no mínimo, três frentes de trabalho que de fato as conceituam e as diferenciam de outras instituições de nível superior, inclusive porque são através destas que as universidades assumem de forma explícita seus conteúdos e ações para com a sociedade, conforme se observa na Figura 2.1, a seguir:

Tripé Funcional da Universidade

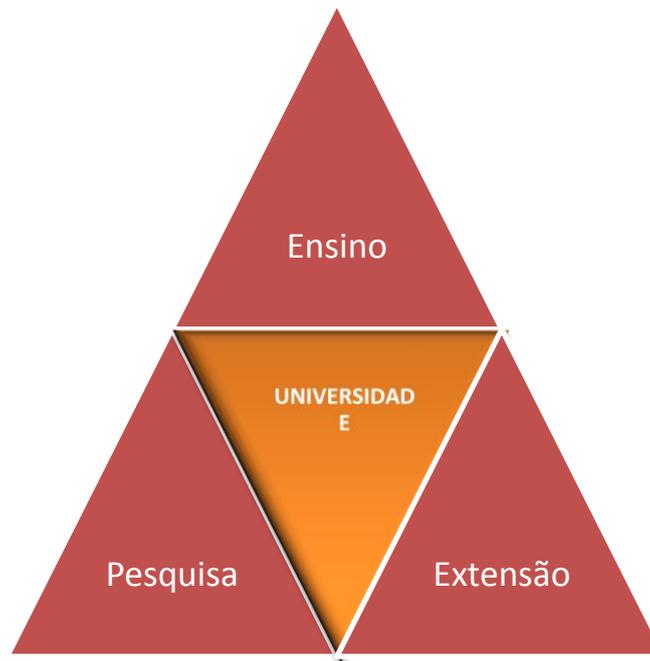


Figura 2.1 O Tripé funcional da Universidade. Elaborado por Marialda Brito. Lab. De Geoprocessamento, DG/Uesb. 2013

Então a universidade, sobretudo, se identifica assim por estar comprometida com estas três funções elementares e ao mesmo tempo fundamentais: ensino, pesquisa e extensão de forma associativa e indissolúvel, isto é, em nenhum momento pode estar desvinculada destas três linhas de ações, entendo que seu real papel é extenso e abrangente, proporcionando a formação acadêmica do indivíduo mas ligada com a sociedade e com o mundo para o qual procurar desenvolver suas atividades no seu também papel social.

Obviamente que cada uma dessas funções envolve uma série de outras subfunções que dão margem se ações proativas da universidade, apenas aqui se agrupa em três modos generalizados para que se possa perceber que há um direcionamento pulverizado, mas ao mesmo tempo organizado de agir por parte da universidade frente a sociedade e a comunidade no qual estão inserida, circunstância esta que simbolizará sua feição territorial.

As atividades ou funções da universidade vão se estendendo de forma bem mais abrangente do que se possa dimensionar, e desta maneira, em Singer (2001, p. 308), encontra-se a seguinte passagem que coloca esta visão de forma bem clara:

Concretizando esta proposição, Boaventura de Sousa Santos menciona relatório

da OCDE de 1987 que atribuía às universidades “dez funções principais: educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão de obra qualificada; educação e treinamento altamente especializado; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível mediante a credencialização; mobilidade social para os filhos e as filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (por exemplo, igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social” (Santos, 1995: 189).

Esta declaração reúne vários aspectos da universidade, que não se limita exatamente em um conceito da mesma, mas abre a compreensão de toda a sua dimensão e responsabilidade no tocante as obrigações e ou atividades que assume ao longo da sua existência.

Segundo a OCDE (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, na citação acima cabe a universidade trabalhar desde a promoção da educação, passando pela pesquisa e preparação profissional de alto nível até garantir o acesso e igualdades de oportunidades para as minorias, ou seja, se preocupar com a inclusão social, feição que a diferencia, dentre outras instâncias sociais, no campo da superação das desigualdades.

Sob esta visão a universidade não só é uma instância de educação preparatória profissional para atender a um mercado econômico dinâmico e exigente, mas promotora da inclusão social, ao possibilitar que as pessoas das famílias menos privilegiadas e as minorias possam ter acesso a mesma, além de é claro dar ao indivíduo uma formação política que possa levá-lo as instâncias administrativas da sua própria comunidade.

Esta é uma abordagem onde através das funções se pode conhecer melhor qual o verdadeiro sentido da universidade e, do seu intrínseco envolvimento com a sociedade, no momento em que existe a partir dele a desde então passa a desenvolver funções para ela, em uma identidade de papéis muito entrelaçados e dependentes.

A universidade está então longe de ser apenas uma instância fechada em si mesma e voltada a formação profissional, mas é antes de mais nada um instrumento de mudanças sociais e políticas, pois ao promover formas de acessos respeitando as diferenças, aparece também como uma valiosa ferramenta de política pública em potencial.

Não se trata aqui de uma tarefa fácil, mas possível, uma vez que como protagonista de uma educação superior com possibilidades de avanço no conhecimento através das suas várias extensões acadêmicas, a universidade, acaba sendo um dos únicos, ou porque não dizer, único, meio realmente eficiente para que as pessoas na sua

formação acadêmica e crítica venham a compreender melhor as diferenças sociais e assim possam contribuir para um fazer universitário comprometido verdadeiramente com a superação desta grave instância social.

A universidade é então para criar soluções e não reproduzir problemas, desta feita, quanto mais ela se envolve na estratificação social, mas condições têm de ajudar a superar paulatinamente características negativas ao desenvolvimento humano.

De outro modo, o seguinte esquema, na Figura 2.2, de Couto & Bryan (org.) et alli em Matos e Alves (sem data, p.178), mostra de forma mais sistemática as perspectivas da universidade enquanto instrumento de influência social:

Estrutura Organizacional da Universidade: perspectivas multifuncional e multidisciplinar



Figura 2.2 Estrutura Organizacional da Universidade: perspectivas multifuncional e multidisciplinar. Em: Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável: dos problemas sociais aos fundamentos multidisciplinares. P.178. Disponível em: http://www.fe.unicamp.br/alfaplanguies/livro2/Livro_Alfa_Portugal.pdf Acesso Em: jun.2013

Nele se vislumbra então que a universidade está comprometida com três grandes áreas de ação: serviços a comunidade, ensino e investigação, e em cada uma delas existem ações que mostram como ela age ou através do que deve agir no intuito de cobrir sua ampla funcionalidade.

Na área de serviços a comunidade, a universidade procura resolver problemas, apresentar soluções, incitar mudanças, criar e utilizar tecnologias tudo em função do

desenvolvimento local, regional e até mesmo internacional; aqui estão os seus produtos de transferência à comunidade em várias escalas.

Na parte de ensino estão as características curriculares dos seus cursos, seus métodos, seus planos, que têm por finalidade a formação profissional e educação do indivíduo, é o momento da transformação intelectual.

No plano da investigação, estão todos os procedimentos que levam a produção de conhecimento e do seu financiamento através das redes que são estabelecidas com os órgãos, empresas, outros centros de pesquisas e enfim, com as vias de possibilitam a externalização da sua capacidade de pesquisa.

Estas três esferas compõem um conjunto e portanto não podem ser pensadas individualmente no âmbito do fazer universitário, só são válidas neste sentido porque funcionam contribuindo entre si com as suas ações, fazendo valer também aqui que a universidade é uma estrutura repartida por funções que de forma harmônica garantem a execução das suas tarefas enquanto instância comprometida com uma educação superior multidisciplinar e multifuncional.

Por isto pode dizer que em meio a todas estas habilidades as universidades vão ocupando espaço e cada vez mais são marcos de referências do desenvolvimento das nações de acordo a afirmação de *Ordorika Sacristán* (2006, p.5)

A partir de un ángulo diferente, analizando el conjunto mundial de universidades — en particular a las denominadas universidades de investigación — como parte de un entramado global, es posible ver la educación superior como un campo existente a nivel mundial. En este campo las universidades más prominentes — en sus ámbitos nacionales o en el internacional— existen en tres dimensiones que interactúan intensamente: 1) se relacionan directamente entre ellas en el marco de redes globales, incluyendo a redes disciplinarias; 2) toman roles específicos en sus sistemas nacionales de educación superior, y en la mayoría de los países están íntimamente relacionadas con el desarrollo de políticas públicas; y 3) sirven también a las necesidades de segmentos sociales (bases sociales o clientelas) más localizadas.

Desta feita as universidades formam verdadeiras redes de troca de conhecimento através das suas estruturas curriculares e isto tem beneficiando a expansão dos seus conteúdos e ideias, de forma que sob esta ótica o conhecimento não tem de fato mais fronteiras, ele acaba extrapolando todas, beneficiado por este comportamento destas instituições de ensino superior.

Também e internamente as universidades através, por exemplo, de atividades extensionistas de toda ordem, geralmente ligadas a comunidade, acabam influenciando politicamente os desígnios das políticas públicas vigentes, ou mesmo contribuindo para criação de novas.

O fato é que a tendência das universidades acaba sendo a de voltar as suas atitudes para o seu entorno ou para a realidade local, mesmo que elas depois se estendam para escalas mais amplas, mas primeiramente ela acaba vivenciado mais as questões circunvizinhas e acaba modelando seus programas elas.

O nível global da influência universitária aparece em meio a sua maturidade comprovadamente verificada através das suas ações locais.

De outro modo a universidade, pode também ser conceituada segundo o esquema da Figura 2.3 de Senhoras (2008, p.148), a seguir:

Esfera Pública das Redes de Hélices Triplas

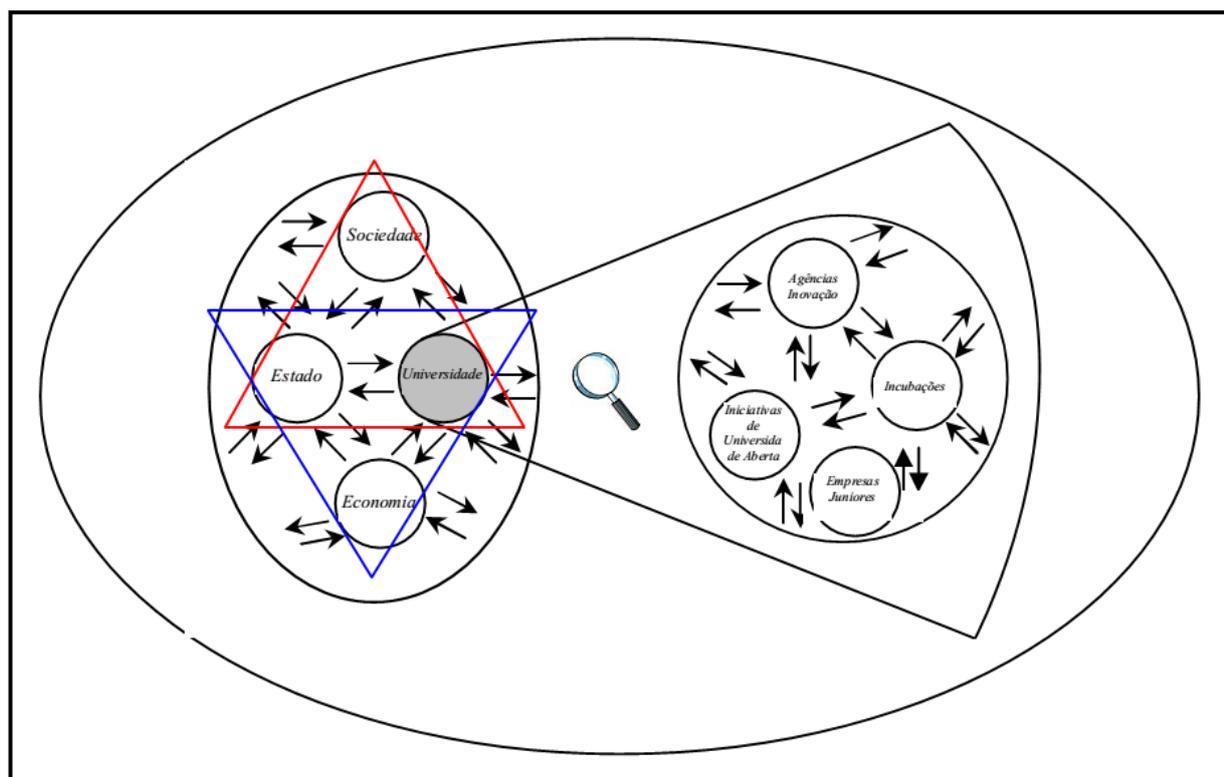


Figura 2.3 Esfera Pública das Redes de Hélices Triplas. Em: As redes do desenvolvimento econômico e social no sistema de ensino superior brasileiro. Autor: Elói Martins Senhoras. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/258/149> Acesso em mai.2013.

A produção universitária, em qualquer um os seus universos de atuação: ensino, pesquisa e extensão, está cada vez mais afinada com a estrutura política – representada pelo estado, com a sociedade, conforme mencionado, e com a economia. A transferência do conhecimento através das tecnologias, das pesquisas voltadas aos mais diversos setores são peças chaves para que esta importância da universidade ocupe um lugar de destaque neste campo.

Paralelamente a universidade enquanto exerce seu papel de inserção social,

exerce influência sobre ela, a partir das suas ações extensionistas principalmente; esta é a face percebida, objetiva da universidade, atuando através das empresas juniores, das incubadoras – voltadas a assessoria a formação de empresas, as chamadas universidades abertas – direcionadas ao ensino a distância e as agências de inovação.

Este esquema fecha a teoria das redes de hélices triplas, formulada pelo autor, onde do cruzamento das três está na parte central a universidade como instância associada a várias estruturas que também se influenciam mutuamente.

Visivelmente se percebe aqui o intenso e profundo poder proativo universitário atuando em várias frentes e obtendo delas os campos que a direcionam neste complexo e muitas vezes difícil caminho.

Na obra: *A Universidade no Brasil: concepções e modelos* – Peixoto (2011, p.107), então, é dito que:

Define sua missão como a geração, desenvolvimento, transmissão e aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociados entre si e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica, constituindo-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e internacional, e inspirando-se nos ideais de liberdade e solidariedade humana. Nessa definição está presente a afirmação de que a indissociação entre ensino, pesquisa e extensão deve se dar em todas as esferas de formação que oferece, ampliando a compreensão da proposta constante do modelo humboldtiano de universidade¹. A vinculação que foi feita entre liberdade e solidariedade, como ideais que inspiram essa missão, por sua vez, permite perceber que a autonomia não deve se fazer descolada da ligação que a Universidade deve manter com a sociedade, entendida tanto como aquela que compõe o seu entorno, como aquela que a integra, os alunos, professores e funcionários.

Esta passagem resume de forma bastante clara a função primordial universitária, sendo que é exatamente neste ambiente da indissociabilidade do ensino, pesquisa e ensino que a universidade busca exercer sua veemente influência social.

Existem muitos conceitos e complexos que ampliam a compreensão do significado da universidade e do seu papel enquanto instrumento do fazer social, e um desses pode ser visualizado no seguinte diagrama da Figura 2.4, de *Lombardi & Graig et alli* (2002, p.6), a seguir:

¹ Este modelo está baseado do geógrafo alemão Alexandre Von Humboldt (1769-1859), fundador da geografia física, que segundo Pereira (2008, p.31): “Os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário.”

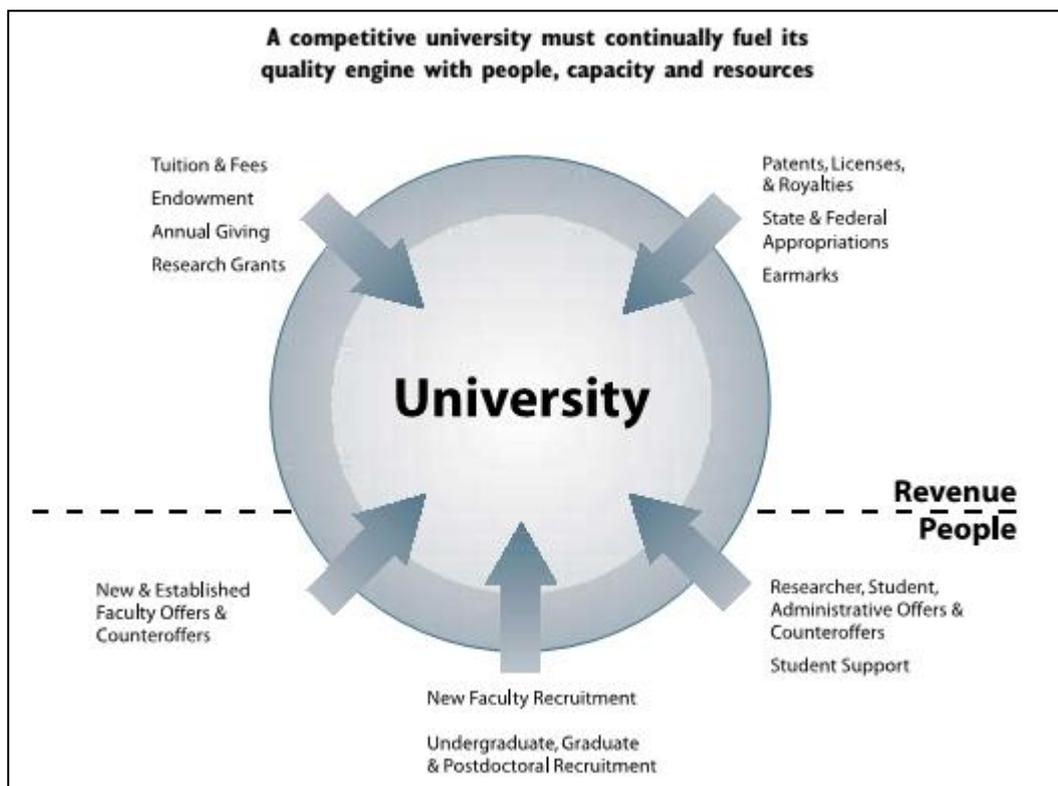


Figura 2.4 A competitive university must continually fuel its quality engine with people, capacity and resources. Em: University Organization, Governance, and Competitiveness, Lombardi & Graig et alli, p.6, 2002.

Este conceito exposto no diagrama coloca que uma universidade competitiva deve alimentar a qualidade com pessoas, capacidade ou competência e recursos, ou seja, se a universidade quer progredir e existir por excelência tem que buscar meios eficazes que lhe proporcione isto e, para tal, ela deve buscar investir nos discentes, na sua competência e em uma infraestrutura financeira compatível.

Neste sentido a universidade aqui tem como baluarte de competitividade dois patamares estruturais que são:

a) No plano estrutural:

- Mensalidades e taxas, doações anuais de bolsas de pesquisa;
- Patentes, licenças e direitos autorais;
- Dotações estaduais e federais

b) No plano das pessoas

- Oferta de faculdades estabilizadas e novas e contrapartidas;
- Nova faculdade de recrutamento de graduação, pós-graduação e recrutamento de pós-doutorado;
- Pesquisadores, estudantes. Ofertas administrativas e contrapartidas, estudantes de apoio.

Esta visão remota ao fato da busca da qualidade que não deve ser legada a segundo plano pela universidade, mediante ao seu amplo papel de atuação a que se propõe, pois dela depende os rumos da qualificação docente e discente, das pesquisas realizadas e das ações que empreende no âmbito interno e externo, enquanto agente de transformação e desenvolvimento social.

A questão da competência, remota também ao fato de que a universidade internamente, a despeito do seu comprometimento social, tem que estar ligada ao desenvolvimento e ou apropriação de elementos caracterizadores do seu próprio desenvolvimento enquanto instituição de ensino capaz e portanto de qualidade.

Em busca da competência, a universidade tem que ter qualidade e neste sentido Couto & Bryan(org.) et alii em Taylor (sem data, p.186), cita que:

The quality of an institution of higher education is based on the quality of its products more than on its reputation or its resources. Quality is closely connected to institutional performance. The quality of the students and the quality of the institution are crucial factors in determining the reputation of an institution. For example, in the United Kingdom the Division for Quality Audit of the Higher Education Quality Council is charged with maintaining quality. Europe, through the European Network of Quality Assurance in Higher Education (ENQA), is requesting that universities and other higher education institutions establish a framework to ensure high quality standards. Quality needs to involve a systematic approach to the search for excellence; it should aim for a continual increase in customer satisfaction to the point of perhaps exceeding their expectations.

A questão da qualidade da universidade está mais associada a sua produção, ou seja, ao que ela traz para o seu meio externo e este está focado sobretudo na qualidade do estudante, ou seja, no tipo de profissional que ela formou, portanto esta é uma medida fundamental para se avaliar uma boa universidade e que deve ser alimentada, uma vez que se a instituição procura por atingir níveis de excelência, todo um conjunto de fatores devem contribuir para isto, mas seu resultado mais importante não deve em nenhum momento fora do seu foco de ação, para que ela atinja a qualidade procurada.

Esta é uma reflexão importante porque apesar da universidade ser de fato multifuncional, não se pode perder o referencial de que a sua tarefa mais elementar é a de formação profissional e esta deve ser sobremaneira cuidada para que todos os outros setores funcionem bem e seu trabalho tenha de fato resultados positivos para a sociedade.

Em uma perspectiva mais sociológica Reques Velasco (sem data, p.9), aborda a ação universitária sob a seguinte visão:

Lejos de permanecer inmutable, la Universidad ..., ha ido transformándose para

poder adaptarse a las nuevas necesidades y realidades sociales y es esto lo que se ha mantenido su vigencia y su vigor. Hoy la universidad tiene que seguir asumiendo un papel protagonista en los procesos de desarrollo humano y para ello necesita mirar a la sociedad, escucharla y estrechar sus lazos con ella, hacerse cargo de que es parte constitutiva de la misma, proponiendo a su vez nuevas vías mediante la generación y transferencia del conocimiento.

Então para o autor a universidade atual tende cada vez mais a se adaptar ao universo social e sendo ao mesmo tempo fruto dele, ela aparece como uma verdadeira protagonista do desenvolvimento humano, e por isto deve afinar seu contato ainda mais com este universo, a fim de elaborar meios cada vez mais eficazes na geração e transferência do saber.

A universidade deve também estar sempre sensível a sociedade, ouvindo, prestando atenção no seu comportamento e tudo que dela advém, pois só através deste comportamento ela poderá captar seus anseios e conduzir seus programas para fins úteis e necessários a realidade que lhe é apresentada.

Em Melo Neto (sem data, p.4), existe uma referência ao labor da universidade que a torna ainda mais envolvida no contexto da sociedade, que é a seguinte: “..a universidade não pode entender-se como detentora de um saber pronto e acabado; a universidade deve participar de todos os movimentos sociais, visando à construção da cidadania.”

Este contexto traz a tona um grau de envolvimento da universidade mais íntimo com a sociedade e partir de uma das suas tarefas mais séria e comprometedora que é a formação do indivíduo enquanto elemento crítico e politicamente posicionado no meio em que vive.

Também em Silva (2004, p.1), o autor faz a seguinte referência com respeito a questão universidade – sociedade:

A universidade, hoje, é uma instituição de fundamental importância justamente por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação em nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura.

Para o citado autor, coloca de forma resumida a posição de importância da universidade enquanto instrumento de propagação do conhecimento, de inovação tecnológica e da formação do indivíduo; ela é mais do que uma instância social produzida para concepção do saber, mas uma estratégia do fazer da ciência e da cultura, portanto, um fomento a produção do conhecimento em todos os sentidos.

Nesta linha de pensamento o seguinte e completo esquema da Figura 2.5 de *Meléndez Guerrero & Solís Pérez et alii*, reforça ainda mais, o fato de que o conceito ou

entendimento do significado de universidade, mas não pode estar desassociado da questão social, pois sendo uma instituição oriunda dela, deve estar a serviço dos seus anseios, necessidades, expectativas e outros, modelando assim suas ações e atividades para este fim.

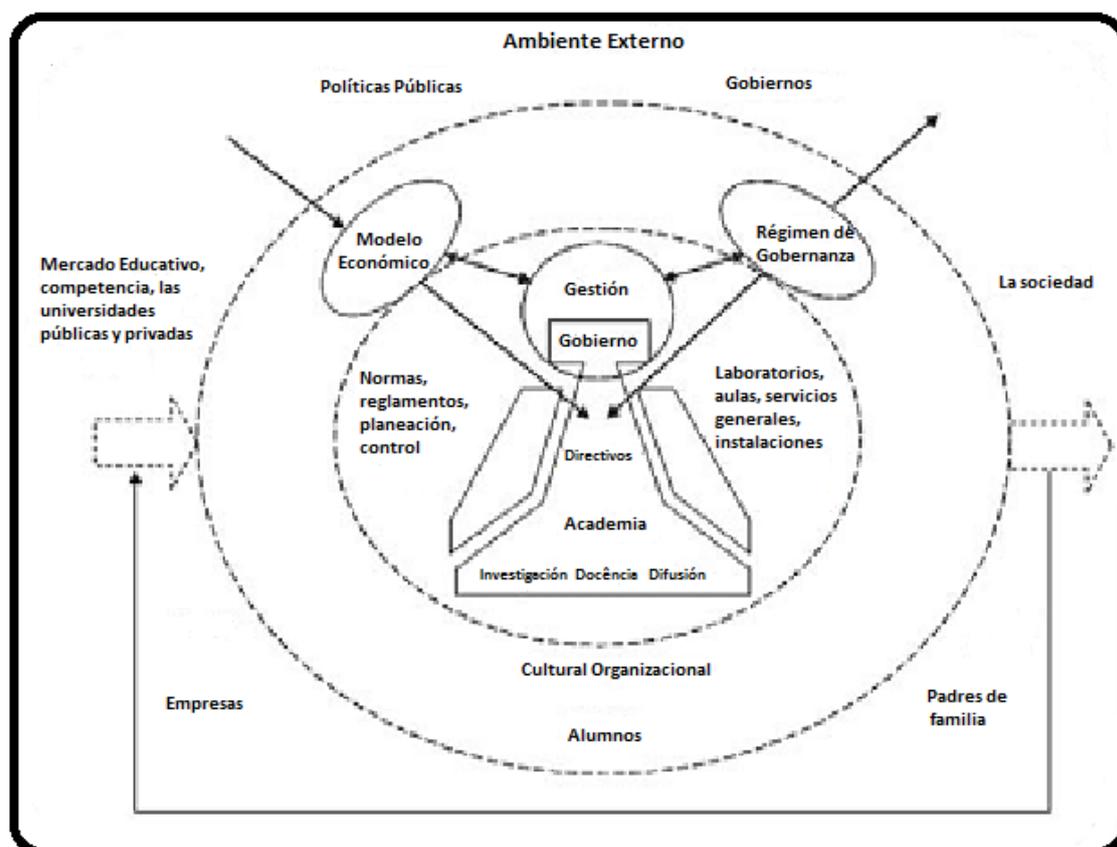


Figura 2.5 Modelo de Gobernanza y Gestión de la Universidad pública. Em: Gobernanza y Gestión de la universidad pública, Revista de Ciencias Sociales, Vol XVI, nº2, p.220, 2010.

Este interessante esquema coloca todos os elementos inerentes ao viver da universidade, podendo ele ser traduzido da seguinte forma:

O ambiente externo a universidade é composto pelas políticas públicas, pelas representações governamentais, pelo mercado da educação que pode ser formado pelas universidades públicas ou privadas, pelas empresas, pelos pais de família e finalmente pela própria sociedade.

O ambiente acadêmico recebe influência ou estar diretamente ligado ao modelo econômico vigente e ao regime governamental, ambos influem direto na gestão universitária e nos diretores que comandam a academia que por sua vez tem autonomia, normas, regras e infraestrutura própria.

A universidade está no centro desta macro estrutura social e política da qual demanda o seu funcionamento e ao mesmo tempo retorna a ela por meio da sua estrutura

interna influenciando os vários setores da sociedade e da sua vida política. Pode-se então caracterizar a relação universidade-sociedade de efeito de reciprocidade.

Deste modo necessário se faz conhecer alguns conceitos sobre sociedade, este parceiro direto da universidade e vice-versa, no intuito de conhecer melhor algumas das suas características e porque não mencionar origem, já que da sua constante dinâmica e evolução nascem as estruturas determinantes do seu presente e futuro.

O estudo da sociedade e seus preceitos é bem antigo e complexo quanto as definições oriundos de muitos estudiosos e sociólogos importantes tais como *Max Weber*², *Augusto Comte*³, *Émile Durkheim*⁴ e tantos outros deram ao tema atribuições importantíssimas que dão margem as inúmeras análises e conhecimentos da relação do homem com o seu semelhante e o meio onde este inserido.

Neste sentido, falar em sociedade é de fato recorrer aos conhecimentos da sociologia e todo o seu aparato de concepções filosóficas que dão suporte a reflexão de um assunto amplo e intrigante.

Em Martins (1994, p.4), o mesmo aborda a questão da sociedade já colocando a sociologia e situando o contexto do sistema capitalista como principal autor das diversas características que a mesma vai assumindo ao longo do tempo:

A sociologia constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações colocadas pela revolução industrial. Boa parte de seus temas de análise e de reflexão foi retirada das novas situações, como, por exemplo, a situação da classe trabalhadora, o surgimento da cidade industrial, as transformações tecnológicas, a organização do trabalho na fábrica etc. É a formação de uma estrutura social muito específica - a sociedade capitalista - que impulsiona uma reflexão sobre a sociedade, sobre suas transformações, suas crises, seus antagonismos de classe.

Já em Santos (1982, p.4), pode-se encontrar em meio as diversas abordagens sobre o assunto, uma colocação que retrata o envolvimento dos elementos que fazem parte do fazer social e suas faces, e em meio a elas o caráter dinâmico que impõe a sociedade como forma de existência:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e

² Considerado o fundador da Sociologia foi também um importante economista e jurista alemão do século XIX e XX, publicando várias obras que muito contribuíram para estas áreas, além de exercer importante papel político na sua época.

³ Importante sociólogo francês do séc.XIX adepto do chamado pensamento positivista que muito influenciou estudos da ciência sociológica.

⁴ Considerado um dos fundadores da Sociologia Moderna, este sociólogo francês dos séc. XIX e início do XX, apregoa o sentimento de solidariedade como importante comportamento da existência da sociedade, assim como das ações coletivas que contribuam para a coesão social.

especialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.

Mediante estas duas colocações acima, em *Ianni* (1994, p.151), vê-se pela colocação que se segue que a sociedade está intimamente envolvida não só com o sistema econômico em vigor e com as circunstâncias de relações humanas advindas dele, mas com a capacidade de ultrapassar fronteiras e escalas, indo fazer parte de um contexto maior, onde várias outras sociedades tem papel e espaço no conhecimento do seu todo.

Desde a Segunda Guerra Mundial, tem havido um crescente reconhecimento, entre sociólogos, de que a população mundial está envolvida em um único sistema social mundial. Sociedade, como tal, passa a compreender uma multidão de sociedades que, no contexto de um sistema mais amplo, podem somente encontrar uma autonomia relativa e condicionada, em grande medida como nações-estados estreitamente entrelaçados.

Deste modo, fala-se aqui em uma sociedade global, e não somente setorial e ou local, mostrando por sua vez, que na realidade se podem ter diversos tipos e características de sociedade, mas todas englobam um só contexto no plano mundial, demonstrando assim uma certa interdependência.

Em *Mathis* (sem data), o autor demonstra uma análise de sociedade segundo a teoria de sistemas de *Niklas Luhmann*⁵, onde este último coloca a existência da mesma a partir da comunicação sem a qual ela não existe, sendo esta a sua base operacional. Diz também que a comunicação é motivada pelo sistema psíquico que tem como base operacional o pensamento e este advém das pessoas.

A sociedade, para Luhmann, funciona como um sistema social complexo que ao enfrentar contingências motivadas pela força do sentido provoca a sua própria evolução e no seu conjunto acaba por reduzir também a complexidade do mundo. Ainda para *Luhmann* os limites da sociedade são os limites da comunicação e neste sentido a sociedade moderna se constitui em sociedade global, e tudo que não for comunicação não faz parte do sistema, sendo alocado fora dele; os seres humanos não fazem parte da sociedade, mas sim do seu meio; “o que há na verdade é um acoplamento estrutural entre a sociedade como sistema social e os indivíduos como sistemas psíquicos. Um não pode existir sem o outro”. (*Mathis*, sem data, p.9)

Neste contexto, a escala do que é sociedade extrapola qualquer concepção de limite que se pode impor a mesma, uma vez que a comunicação faz parte da natureza

⁵ Sociólogo alemão que proferiu várias obras de teoria dos sistemas aplicados a várias áreas do conhecimento.

humana e da sua propriedade transmitir conhecimentos e experiências de vida ao longo da história que constrói, assim como através do conhecimento se apropria da natureza para construir o ambiente mais ajustado possível ao seu viver.

Deste ponto de vida, é notório a vida em grupo e, ou em sociedade, pois é em conjunto que o ser constitui a sua casa, no sentido mais simples, mas ao mesmo tempo mais humano de viver, quando o que se pode chamar de *habitat*, é então o local da existência e da convivência com outros.

Por outro lado a sociedade não se restringe apenas a conceitos fechados no sentido de grupo, homem, meio, sistema e outros, mas passa a assumir vários contextos e ou subtemas dependendo da situação vigente nas esferas econômica, política, cultural, educacional, tecnológica e tantos outros presentes no labor da humanidade, a exemplo: sociedade medieval, sociedade antiga, sociedade capitalista, sociedade industrial, sociedade capitalista, sociedade de consumo, sociedade da informação e toda uma infinidade de outras características que apontam para o momento mais em evidência.

Na atualidade, outro exemplo, um conceito bastante em voga, e que vem a praticamente substituir a chamada sociedade pós-industrial é a sociedade da informação, moldada pelos avanços não só da própria indústria e seus aparatos de produtos mas por toda uma revolução da advento das tecnologias e das telecomunicações, que vão sendo cada vez mais incrementadas ao cotidiano das pessoas.

Assim, em *Wertheim* (2000, pág. 72), a sociedade da informação pode ser vista quando o próprio cita *Castells* (2000), que caracteriza metodicamente a sociedade da informação dizendo que a mesma pode ser constituída pelos aspectos dados na citação a seguir:

A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos.

Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia.

Predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo.

Flexibilidade: a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração.

Crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia. O ponto central aqui é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos.

As novas tecnologias são então o teor principal da sociedade atual, daí o nome de sociedade da informação, uma vez que o trânsito de dados se tornou o motor de seu funcionamento, sem o qual seria impossível a indústria, o comércio, a agricultura, a saúde, a escola, a universidade e enfim, todo seu aparato estrutural funcionar, uma vez que são cada vez mais construídos sob as tecnologias que se enraízam no seio desta sociedade moderna.

As tecnologias se constituem como um elo entre as pessoas e seus territórios, fazendo com que todos se identifiquem em uma única sociedade mundial, pois as elas se alastram de tal forma que tudo se converge a mesma e ao mesmo tempo se identifica com ela e através dela.

Um dos grandes responsáveis por tal circunstância é a própria educação representada pelas instituições de ensino superior, no caso as próprias universidades como exemplo, que acabam aderindo fortemente ao uso das tecnologias nas suas mais variadas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, seja através dos seus cursos profissionalizantes ou mesmo nas atividades que desenvolve junto a comunidade e para a comunidade.

Também as universidades são produtoras de tecnologias, através das suas áreas de pesquisas e este labor está em consonância com as demandas que a sociedade apresenta neste item, portanto, a sociedade da informação é também a sociedade do investimento na universidade, ou mais precisamente no conhecimento dos meios de obtê-la; deste modo não há como conceber esta nova roupagem da sociedade, sem considerar que ela deve estar envolvida com o ensino superior.

Também e neste contexto, é possível falar que a sociedade atual, caracterizada pelo incremento maciço das tecnologias e dos modernos meios de comunicação, denominada então de sociedade da informação, tem na educação superior, representada fisicamente e principalmente pelas universidades e também faculdades, seu principal ícone de representação e este passa a ter por sua vez uma influência bastante visível no território que passa a configurar-se em todas as suas instâncias em função desta nova realidade.

Por fim assumindo este papel e comprometida com o social, a universidade vai marcando cada vez mais espaço como ícone do desenvolvimento social através de vários meios de ações e atitudes.

Neste sentido o seguinte esquema, representado na Figura 2.6 de *Valleys* (sem data, p.5), já colocando não só o papel da universidade como agente social, mas mostrando que ela precisa de uma reforma a fim de atuar de forma mais competente

possível neste sentido:

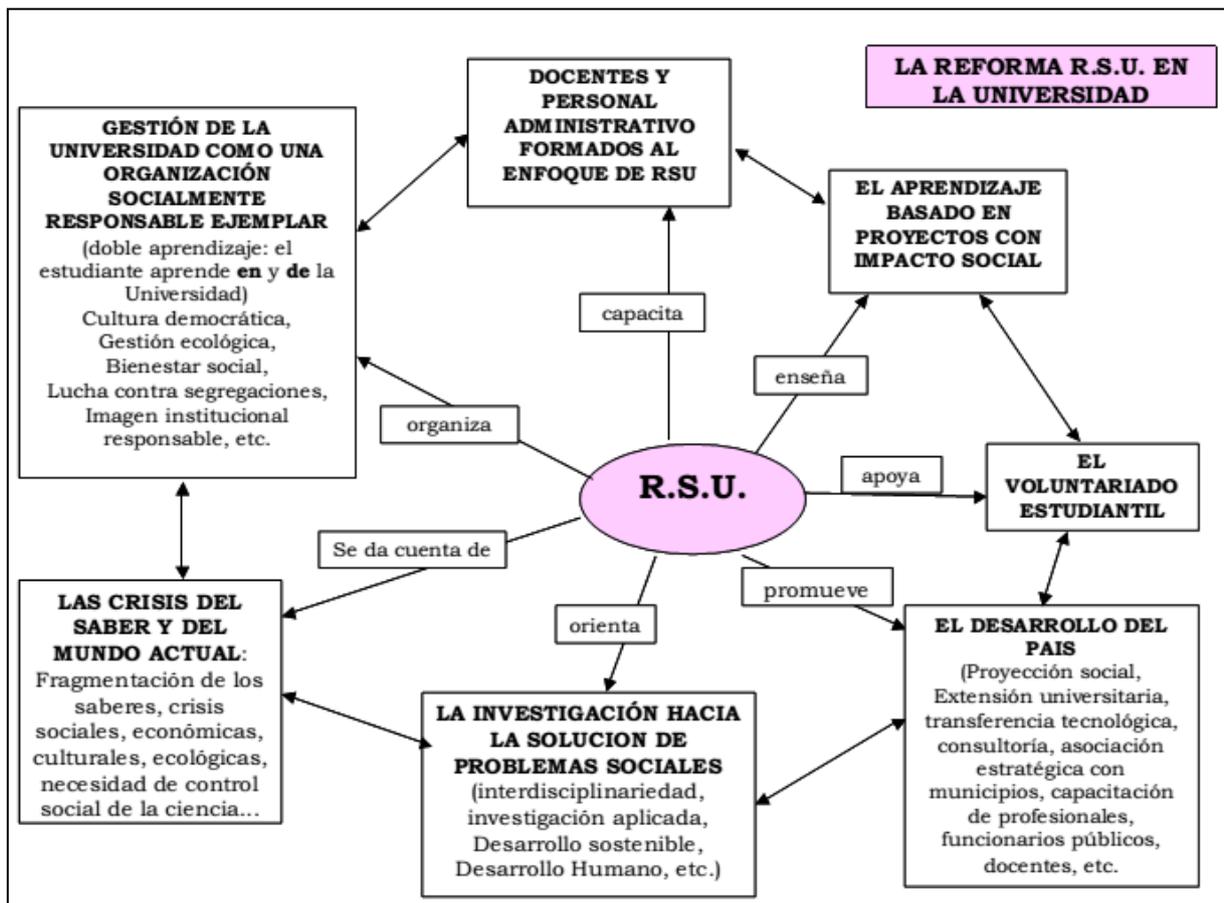


Figura 2.6 El carácter global y central de la reforma universitaria deseada. Em FrançoisValleys, Pontificia Universidad Católica del Perú, sem data.

Deste modo no âmbito de uma reforma universitária desejada, a universidade deve assumir funções importantes, tais como:

- ✓ Capacitar seu corpo docente e pessoal administrativo;
- ✓ Estar comprometida com um ensino baseado em projetos sociais;
- ✓ Se organizar internamente para promover políticas voltadas a sociedade;
- ✓ Estar consciente dos problemas mundiais, que implicam nas desigualdades sociais, dificuldades econômicas, degradação ambiental e outros;
- ✓ Voltar seus projetos de pesquisa para as áreas que favoreçam a apresentação de soluções dos problemas sociais;
- ✓ Promover o desenvolvimento do país, projetando-se socialmente através das ações extensionistas.

Assim, esta proposta de reforma universitária expõe funções da instituição que notadamente a identifica no seu moderno papel no mundo atualmente e a coloca como centro de referência na promoção do desenvolvimento humano e social.

Outra escala para a qual se pode trazer a universidade é o território pautado na relação da cultura com o espaço, ou seja, o território vinha sendo entendido como o ambiente resultante das impressões de hábitos e costumes de um povo em uma determinada porção de terra, então o mesmo é a demonstração da identidade de um povo, porque ali estaria nas suas feições físicas o que aquela população pratica e desenvolve cotidianamente; dentro deste raciocínio muitos conceitos se seguem e se ampliam na concepção do mesmo.

Para *Ruckert & Misoczky* (2002, p.1) há a seguinte passagem onde o mesmo diz que:

Para (re) encontrar o lugar do território pode-se começar por reter que todos, indistintamente, habitam, produzem e consomem, de formas múltiplas e diversas, em algum lugar. Ou seja, pode-se dizer que o que não está em lugar algum não existe. Para avançar pode-se considerar que a espacialidade contida na existência humana reporta à concepção de que são possíveis diversos recortes territoriais, que corresponderão aos projetos gerados por atores múltiplos e não unicamente pelas organizações governamentais. Os projetos gerados pelos diversos atores correspondem aos diversos temas aglutinadores a partir dos quais geram-se as ações públicas (no sentido ampliado) e suas inscrições estratégicas no território.

Esta passagem coloca já de primeira um dos elementos mais importante na concepção e entendimento do território que são os chamados atores locais que são representados pelo próprio homem, instituições, entidades e poder político. Neste sentido apregoa que o território pode ser formado de diversas maneiras pela também diversificação e objetivos dos seus atores e esta circunstância tem como consequência ações públicas cada vez mais ampliadas de forma a dirimir também as suas próprias estratégias.

Para Valverde (2004, p.125) um aspecto importante relativo ao tema é o fenômeno da territorialização, peculiar ao território e ao papel das cidades neste processo:

Para sobreviver às dinâmicas territoriais de competição nas metrópoles brasileiras e a sua tendência de desregulação do binômio identidade-território, os seus habitantes são forçados a compreender e a interagir com territórios em constante movimento. Isso significa que, em um mesmo dia, em um mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais, um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização. Mas, além da mera constatação da superposição dos territórios nas metrópoles, ou das dificuldades de se viver em uma dinâmica urbana que exige um cosmopolitismo suficientemente desenvolvido para permitir a circulação por diferentes pontos da cidade, somos tentados a pensar que os próprios territórios podem ser forçados a se deslocar.

A territorialização é o principal movimento do território no sentido da sua expansão e interação entre si. Assim, a colocação acima expressa que o território tanto é instável quanto a sua identidade quanto se desloca no espaço urbano mediante o dinamismo e

competitividade que operam neste meio. Assim a população cria e se interage com esta realidade fazendo com que o meio cosmopolita seja formado de fato por uma superposição de territórios em constante movimentação.

Outro ponto a ser considerado sobre o assunto diz respeito ao próprio sistema capitalista e a tecnologia que conferem verdadeiras disritmias ao território, ora lhe conferindo um processo de territorialização ora desfazendo este fenômeno, uma vez que eles fazem com que as pessoas percam facilmente sua identidade com o território vivido e imaginário. (Souza & Pedon, 2007).

Nesta mesma linha Saquet & Briskievicz (sem data) falam do território, territorialidade e identidade em relação a trilogia território-identidade-desenvolvimento, onde dependendo dos interesses desenvolvimentista local, poderá haver preservação do seu caráter identitário ou não e também a conjunção entre a identidade original ou a nova que se incorpora ao viver do grupo social envolvido no processo.

Também em Santos (2005, p. 255) se encontra uma passagem referente ao dinamismo que o território sugere a partir da interferência humana:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas.

A colocação deixa bem marcado que são as ações e objetos frutos do labor humano que dão real sentido a percepção do território, visto que apesar de tudo que existe para fazer funcioná-lo são as ações humanas cada vez mais direcionadas que dão o real sentido a sua existência dinâmica.

Segundo Riceto & Silva (2008, p.149) o território está vinculado as suas potencialidades naturais e posição geográfica, de forma que o desenvolvimento social está diretamente influenciado por estes fatores; e ainda segundo os autores: “Culturalmente o território pode ser definido como o espaço de um reconhecimento, onde os indivíduos se declaram como parte, seja de um lugar ou de uma manifestação e aí se identificam, se realizam, se encontram e se sentem protegidos.”

Mas os conceitos sobre o tema vão se estendendo de forma muito ampla, dado a própria globalização que não obedece as fronteiras e portanto limites físicos ou culturais; assim em Scotto & ET all, (2009, p. 85) “O território, portanto, pode não ser visto como o

instituidor das nossas raízes identitárias⁶, mas sim das referências com as quais balizamos nossos modos de ser e estar no mundo. E tais referências se modificam constantemente com a mobilidade crescente dos códigos culturais no mundo atual.”

Para Reis (sem data), a noção de território está associada a três instâncias importantes do seu dinamismo que são: proximidade, densidade e poliformismo⁷ estrutural. A proximidade diz respeito a identidade e o conhecimento coletivos de uma comunidade, a densidade já fruto da proximidade diz respeito as aprendizagens e competências coletiva que desencadeiam os seus processos institucionais e de governabilidade e o poliformismo estrutural são as características próprias de iniciativa e autonomia, ou poder, que por sua vez vão marcar o seu papel no contexto externo das relações de força entre as nações.

E finalmente em Giménez (sem data, p. 3) o território pode ser visto sob o seguinte prisma:

Correlativamente, el territorio sería el resultado de la apropiación y valorización del espacio mediante la representación y el trabajo, una "producción" a partir del espacio inscrita en el campo del poder por las relaciones que pone en juego; y en cuanto tal se caracterizaría por su "valor de cambio" y podría representarse metafóricamente como "la prisión que nos hemos fabricado para nosotros mismos". En resumen, serían tres los ingredientes primordiales de todo territorio: la apropiación de un espacio, el poder y la frontera.

Aqui o conceito de território está claramente ligado a apropriação do espaço ou como recorte do mesmo, conforme já mencionado inicialmente; fruto das relações de trabalho, produção e poder que se agregam em um limite que aprisiona seu criador, sendo assim então concebido a partir da apropriação física, do poder e da delimitação de fronteira.

Também atrelado ao de território está o de espaço geográfico, como parte integrante e ou participante deste último, para tal, é necessário também entender o conceito de espaço geográfico, onde também se encontra a concepção de sociedade e de todo o seu aparato de elementos modificadores do território como a educação – aqui podendo ser representada pelas universidades, a economia, a cultura, e tantos outros, além de ser considerado, por muitos, como o objeto de estudo da ciência geográfica.

Corrêa (2000, p.29) fala que a organização espacial é a própria sociedade espacializada, onde está a dimensão da construção material e histórica do homem. E esta

⁶ No dicionário Aurélio, esta associada ao prefixo “ideo” que significa aparência, princípio, idéia...assim neste caso o território não é o que constitui as nossas idéias; mas pelo pensamento do autor aquele que pode referendá-las.

⁷ O uso da palavra poliformismo aqui é para referendar as várias funções que o território pode desempenhar no contexto da sociedade.

abordagem parece dar uma idéia bem direta da questão do espaço geográfico enquanto elemento do fazer humano e de vital importância para o conhecimento da sua trajetória e da sua influência no moldura da sociedade constituída. O citado autor mostra um esquema síntese do mundo capitalista que traz no seu conjunto as relações entre várias atividades do contexto global e dentre elas o lugar dos centros universitários, conforme se verifica o esquema da Figura 2.7 a seguir:

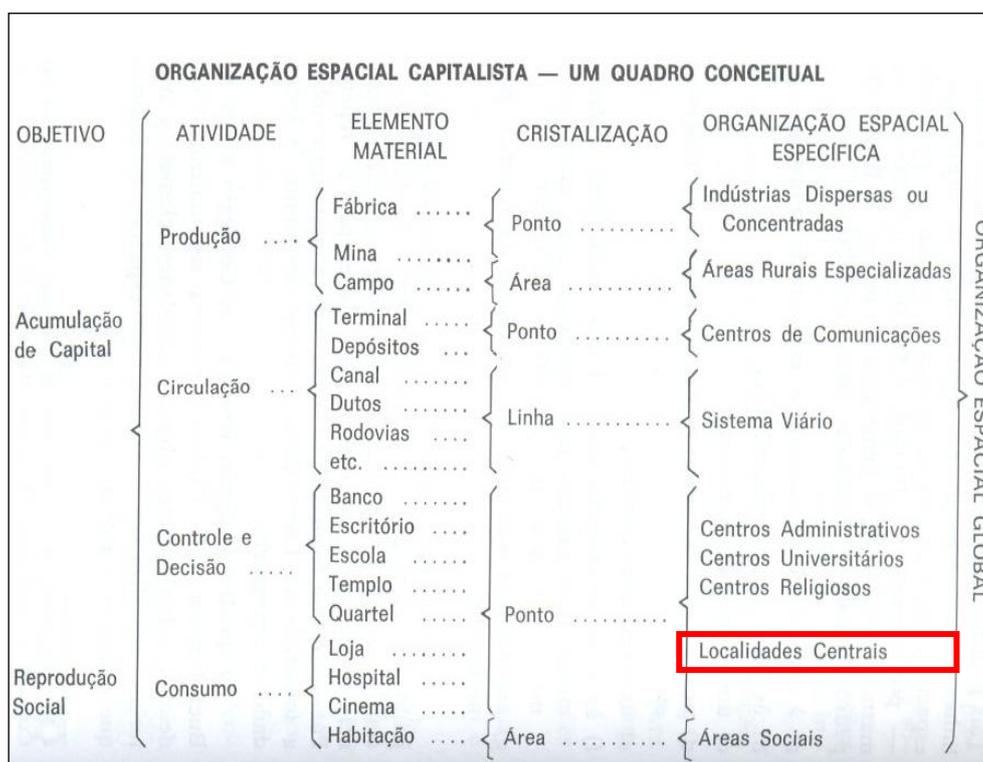


Figura: 2.7 Organização Espacial Capitalista. Fonte: Região e Organização Espacial – Roberto Lobato Corrêa. 2000, pág.31.

Então a realidade capitalista ou mundial é composta por superposições de várias organizações, cada uma delas tem uma denominação mas no seu conjunto estão intrinsecamente ligada e interdependentes. No caso os centros universitários se configuram materialmente como pontos, mas são organizações espaciais voltadas a uma proposição ou objetivo e deste modo ocupam, no esquema proposto, constituem uma parte da grande na organização espacial global, pois dentro dela assumem e desempenham um papel na arquitetura do complexo sistema econômico vigente.

Também em *Raffestin* (1993) o mesmo se refere ao espaço geográfico como uma estrutura que antecede a existência do território, ou seja, o indivíduo ao se apropriar de um espaço seja de forma abstrata ou concreta acaba por torná-lo território, que por sua vez revela o resultado das ações e poder humanos.

Em Oliveira (2003, p. 79) o autor dar a seguinte posição em relação ao espaço geográfico: “A análise dos processos nos quais diferentes sujeitos disputam os sentidos, usos e domínios do território, simultaneamente ao desenrolar das inúmeras tramas derivadas de fenômenos globais e de processos locais de diversas ordens, é um esforço de interpretação da dinâmica que esses fenômenos e processos impõem, no presente, à produção do espaço.”

Neste conceito de Oliveira, o espaço geográfico é o resultado ou desenvolvimento das diversas formas de domínio que os indivíduos fazem do território, motivados por fenômenos de ordem global ou local.

Já em Santos (2006, p. 12), a idéia de espaço geográfico é colocada de forma mais complexa, e o território é visto como um dos seus aspectos a ser compreendido:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e uma psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.

Nesta análise, o espaço geográfico, constituído por objetos e ações, contém uma complexa rede de estruturas e ou organizações representadas em categorias ou escalas que aqui podem ser reconhecidas como: região, lugar, paisagem, território e por instâncias sócio-econômicas que constituem as características ou conteúdos, sendo que esta constituição do espaço propõe debates de problemas sobre as suas estruturas e ao mesmo tempo entre seus conteúdos que se complementam com a técnica e o conhecimento. Também o espaço segundo o autor é constituído dentro de um processo histórico frente a emergência das redes e da globalização, mediante a ordem mundial e local existentes.

Neste sentido entender o espaço geográfico é também entender o território, pois sugere o entendimento da relação do homem com o seu meio em vários momentos da sua história, motivado por interesses e acontecimentos ou fenômenos internos ou externos a sua realidade, tendo como produto diversas formas de apropriação e divisão territorial assim como das suas características sociais, políticas, econômicas e culturais.

Em Moreira (2008) encontra-se um estudo mais metódico do espaço, onde o mesmo é estudado em nove subdivisões, e nele está sempre a referência ao território como ponto de partida, a saber:

- primeiro espaço – diz respeito a história da organização territorial feita pelo homem em seu meio ambiente;
- segundo espaço – retrata a divisão social do trabalho e da produção excedente;
- terceiro espaço – refere-se a divisão territorial que dá origem ao estado;
- quarto espaço – é o surgimento do espaço moderno oriundo da divisão do trabalho e do excedente da produção;
- quinto espaço – fala do intercâmbio de plantas e animais no planeta mudando a divisão territorial das paisagens;
- sexto espaço – o advento da indústria e a forte sua influência na mudança do território;
- sétimo espaço – difusão da indústria pelo mundo;
- oitavo espaço – em função do capital a mídia homogeniza a cultura do consumo nas diversas sociedades;
- nono espaço – diz respeito as mudanças oriundas da globalização, complexificação e biorrevolução⁸, ou seja, o homem passa a tornar mundial seu modo de vida, criando cada vez mais complexas redes de produção e comercialização de produtos baseados em investimentos na engenharia genética e informática.

Todas estas colocações explicitam que um conjunto histórico e evolutivo dos vários momentos de mudanças educacionais, sociais, econômicas, políticas e físicas, de formas interdependentes e ininterruptas vão criando diferentes configurações no modo de vida da sociedade, uma vez que este cenário de acontecimentos e comportamentos forma uma complexa rede de intercâmbio, articulada e sustentadora de um processo que se caracteriza cada vez mais como comum ou mundial.

Então o autor coloca em uma estrutura de fatos paralelos como: a organização territorial, a divisão social do trabalho, a mudança das paisagens naturais, o advento e a difusão da indústria, a ampliação do mercado de consumo e a evolução científica dos meios de produção com a ampliação e diversificação dos produtos, como elementos

⁸ Os termos utilizados: complexificação e biorrevolução, expressam a idéia de criação, cada vez mais abrangente, de novos produtos para serem introduzidos no mercado mundial em função da diversidade e das exigências do consumo que direto e indiretamente irá provocar uma grande procura e oferta pelos mesmos.

chaves na constituição do espaço geográfico.

Também em *Massey* (2008, p.29) a autora aborda a questão do espaço geográfico sob três ângulos, a saber:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. (Esta é uma proposição que não surpreenderá os que têm lido a recente literatura geográfica anglófona⁹). Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem: como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora.

Nesta última colocação, a noção de espaço é compreendida como um fenômeno onde a interatividade, a multiplicidade e a prática dos acontecimentos e fatos sociais são a raiz da existência do mesmo, uma vez que falar em espaço aqui é compreender que se estar lidando com um mundo extremamente dinâmico e interativo em seus vários pontos e portanto toda sua compreensão estar atrelada a esta realidade, como um processo infundável e atemporal.

Nesta linha de raciocínio pode-se também falar na região que é por sua vez agrega outras características a serem consideradas no domínio da dimensão territorial pelo homem em relação ao espaço geográfico.

A princípio a seguinte citação de *Haesbaert* (1999, p.18) remota aos pensadores sobre o tema região, sendo esta uma das abordagens que dão origem também as análises e polêmicas de diversas naturezas, associadas a ela, confirmando assim a sua diversidade de abordagens:

Devemos lembrar sobretudo nossos clássicos, responsáveis por uma “paternidade” da região em Geografia, especialmente Vidal de La Blache¹⁰, Carl

⁹ Anglófona, segundo o dicionário Aurélio, diz respeito ao país, povo ou pessoa que fala a língua inglesa. Portanto aqui faz uma referência a quem ler a produção geográfica feita nesta língua.

¹⁰ Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês, do século XVIII e início do XIX, responsável pela Escola Francesa de Geografia e criador da escola possibilista de Geografia, onde coloca a figura do homem como elemento importante na transformação da natureza, uma vez que o colega Friedrich Ratzel defendia a idéia de que a mesma impunha condições determinantes à qualidade de vida humana.

Sauer¹¹ e Richard Hartshorne¹². Estes autores, em distintas perspectivas, enfatizaram a “diferenciação de áreas” como questão fundamental para o trabalho do geógrafo. Mas enquanto La Blache via a região como “algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”, Hartshorne a encarava como um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador. Já Sauer, com um grau de racionalismo que parece ficar a meio caminho entre La Blache e Hartshorne, buscava na Geografia regional uma “morfologia da paisagem” que não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num “sentido corológico pleno, isto é, a ordenação de paisagens culturais”.

Os pensadores referenciados tiveram importância fundamental na Geografia e notadamente nos conceitos e paradigmas adotados pela ciência, no que tange sobretudo aqui na questão da região, influência esta marcada pelas escolas francesa e norte-americana. Pelo visto *Vidal de La Blache* via a região como uma estrutura individualizada e de personalidade própria; *Hartshorne* como resultado de algo percebido e vivido por seu idealizador e finalmente *Sauer* trabalhava mais o conceito acerca das articulações entre as paisagens.

O fato é que cada um, a seu jeito, contribuiu de diferentes modos para o conhecimento mais aprimorado da questão polêmica da região, formando assim verdadeiras linhas de pensamento que muito tiveram a ver não só com a ampliação conceitual sobre região em si, mas também com a concepção de verdadeiras linhas de pensamento e observação acerca do homem frente ao seu meio ambiente.

Em Andrade (1977) o estudo ou análise de região está sempre atrelado a expressão francesa “*Aménagement du territoire*” que significa organização do território, em termos simples, mas segundo o autor é uma expressão onde “se procura estudar o problema das diferenças de desenvolvimento regional encarando-o de forma globalizada, caracterizando os seus aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e geográficos. Por possibilitar esta visão globalizada é que é utilizado em vários países da Europa como a França, a Alemanha, a Bélgica, para fazer aquilo que os franceses chamam de prospectiva.”

Já Brito (2005, p. 2473) expressa uma colocação mais contemporânea sobre região onde diz que: “Analisar uma região significa compreender o seu processo histórico,

¹¹ Geógrafo norte-americano do final do século XVIII até meados do século XIX, teve uma importante influência e atuação a ciência geográfica ao implementar nos seus estudos e obras a influência dos aspectos culturais humanos na transformação da paisagem.

¹² Também um geógrafo norte-americano, da mesma temporada de Sauer, dentre outros estudos, teve uma influência no estudo da concepção de região na Geografia, quando propôs uma idéia de regionalização a partir da existência da mútua influência e interação de fenômenos ou acontecimentos naturais e sociais em uma determinada região.

sua sucessão de formas e fluxos que se transformam cada vez em mais em alta velocidade, dando a sua estrutura interna um conteúdo compatível com a sua inserção no período técnico-científico e informacional.”

Neste conceito, mais contemporâneo, a região é tomada como resultado de um processo histórico humano com grande diversidade e fluxos dinâmicos em meio ao progresso da técnica, ciência e informação.

Outra abordagem também contemporânea e que enfatiza outro aspecto importante a ser considerado no estudo da região que é a estratificação social, é a que se encontra em *Limonad* (2005, p. 6) quando diz que “... a região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência territorial, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos grupos e processos sociais, que tendem a conferir características específicas a um determinado espaço social, e a expressar os distintos interesses dos agentes e atores sociais envolvidos.”

Neste último além da questão histórica há notadamente uma referência a desigualdade social criada a partir dos interesses antagônicos dos grupos envolvidos na formação da região e que por outro lado servem para determinar o seu perfil enquanto instância de reprodução do sistema capitalista.

Seguidamente em Souza (2009) encontra-se uma concepção mais metódica acerca do assunto, onde o mesmo procura definir região sob três aspectos, a saber:

- Região homogênea: seria determinada pelas afinidades físicas e econômicas entre algumas áreas próximas, cuja limitação esta baseada neste contexto;
- Região polarizadora: oriunda e organizada a partir de um pólo urbano-industrial, ou seja, ela surge de um centro de principal ao qual está ligada a vários outros pólos secundários sob sua influência;
- Região plano: pode ser do tipo homogênea ou polarizadora, conquanto que seja caracterizada ou afetada por um problema que seja foco de políticas regionais de desenvolvimento, como área vítimas das secas, por exemplo.

O conceito de região pode seguir alguns elementos peculiares às mesmas conforme se observa nas definições acima expostas, difícil é manter um conceito que pode abranger as várias dinâmicas que as originam ou as modificam ao longo do tempo.

Uma polêmica dentro do contexto é pensar na limitação física da região, ou seja, nas suas fronteiras político-administrativas, pois uma dada região pode envolver vários países, estados, municípios, zonas rurais ou urbanas, qualquer que sejam elas, a abrangência da região a partir de uma característica física ou econômica, por exemplo, pode não obedecer estas fronteiras determinadas pelos critérios políticos.

Em todos os casos, as colocações se misturam e tornam complexa a busca de uma definição única de região, sabendo que todos eles têm uma participação e uma importância peculiar para a mesma, principalmente quando na busca da delimitação das suas fronteiras.

O esquema abaixo da Figura 2.8, resume os principais aspectos inerentes e discutíveis sobre o formato de uma região ou seu significado no contexto social.

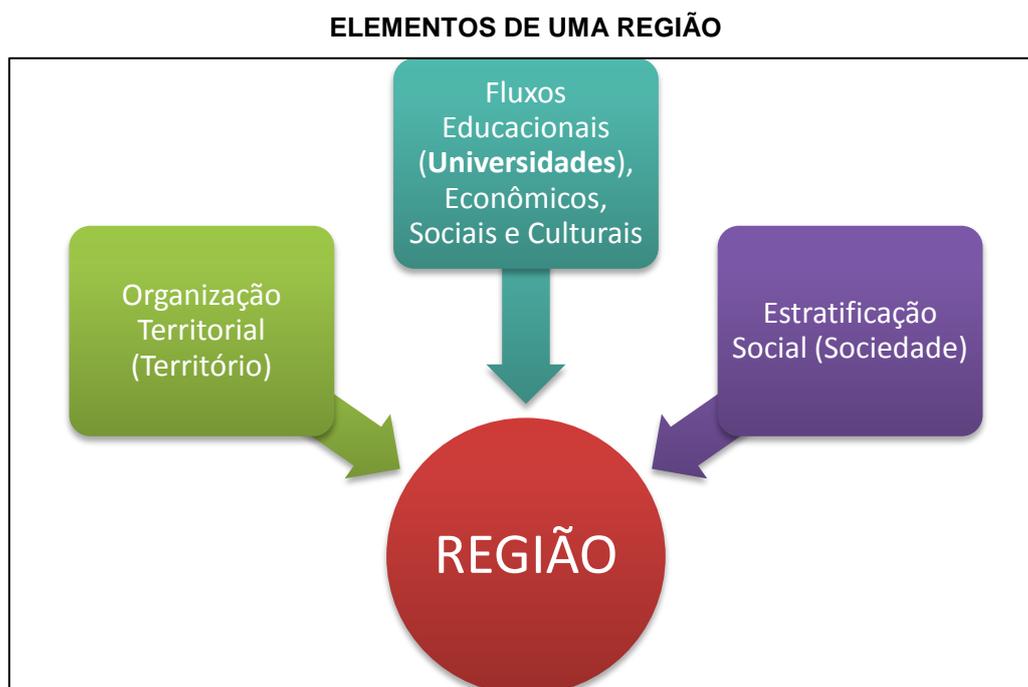


Figura 2.8. Elementos de uma Região. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento/Uesb, 2011.

Neste último onde se engloba alguns aspectos componentes da região, pode-se perceber que cada um forma um elo de abordagem bem complexo entre si, tornando o entendimento de região algo bem mais amplo do que se imagina; no entanto dar uma idéia de que ela sugere uma organização espacial dos territórios ou lugares envolvidos em função das suas diretrizes econômicas e sociais, criando também uma divisão do trabalho, onde cada território tem um papel e participação no funcionamento da região.

Porém é necessário considerar até aqui, mediante as análises conceituais de território e região que independente das características peculiares de cada um, se vive em um mundo globalizado e tal fenômeno não obedece necessariamente fronteiras locais, nacionais e internacionais, uma vez que a sua existência pressupõe um mundo unificado em bases econômicas que se diversificam na produção e no consumo mas que se articulam harmoniosamente de modo a garantir a sua existência.

Neste sentido Andrade (1996, p. 24) coloca bem claro o propósito fundamental da

globalização quando diz que: “A globalização se efetiva na aplicação de um modelo único para a organização política do mundo. Através dela se procura eliminar fronteiras, conduzir a economia a uma maior abertura e racionalizar a exploração dos recursos naturais, em função da formação de um mercado único. A sua formalização política se traduz na aplicação do neo-liberalismo¹³, apontado como a meta final.”

Encontra-se em PUC-RIO/Teses Abertas (sem data, p.102) uma referência importante sobre o tema quando diz que: “Em outras palavras, a globalização seria o fenômeno pelo qual as estruturas sociais da modernidade – como o capitalismo, o racionalismo, o industrialismo, etc. – são espalhadas pelo mundo e, neste processo, destroem as culturas preexistentes e as autodeterminações locais.”

Neste conceito, a globalização não só procura unificar o mundo em economias comuns e articuladas, como também é um artifício que destrói as culturas e as iniciativas locais, obviamente por seu caráter de unificação econômica.

Em Santos (2001, p. 3) uma passagem interessante encontrada é a seguinte:

Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador da escassez é um dos motivos da impossibilidade da homogeneização. Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando mesmo um caráter ainda mais estrutural.

De uma forma geral, os conceitos sobre globalização acima contextualizam que além do mesmo não obedecer fronteiras territoriais, a globalização atinge o seu modo de produção e as relações humanas, descaracterizando as culturas locais, mas tem um teor de agir dialético onde ao mesmo tempo em que cria uma circunstância de igualdade favorecendo o consumo único, se estrutura na diversidade que encontra nas também diversas nações.

Assim, o entendimento do que seja território também não deve estar desvinculado do contexto da globalização e toda a sua *performance* social, política e econômica, determina muito das feições, abrangência, dinâmica e ocupação do espaço trabalhado pelo homem.

O território pode ser entendido como o ambiente das práticas culturais de um povo sob uma porção do mundo, mas não mais se pauta exatamente em um limite físico, pois

¹³ O chamado neo-liberalismo é uma doutrina econômica que surge ainda no século XX, tendo como teor principal a total liberdade de mercado.

sua influência pode alcançar níveis amplos de importância no espaço e assim se espalhar no globo. Neste caso os territórios passam a ser muitos e precisam ser estudados e entendidos na sua origem e influência mútuas.

Em *Musculini* (2012, p.7) há uma importante citação de Ortiz quando o mesmo diz que o território poderia ser pensado “como um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados.” Nisto, um determinado espaço geográfico teria várias impressões e origens culturais intercaladas e intimamente ligadas sobrevivendo em um mesmo lugar ou local, se influenciando mutuamente, numa complexa rede de elementos sociais diferenciados e cruzados.

Neste sentido a globalização pressupõe a existência de vários territórios e do surgimento de novos mediante aos diversos elementos e fatores que contribuem para tal. Mediante estas concepções sobre territórios e em um outro recorte está o conceito de lugar, outro conceito importantíssimo na concepção da ciência geográfica e conseqüentemente no entendimento da intervenção e ou da relação homem-meio.

O lugar pode ser entendido como o resultado da ação e dos anseios humanos de uma forma mais resumida no espaço e ao mesmo tempo o identifica e o atrai no conjunto das feições construídas.

O lugar acaba sendo o resultado da relação da sociedade com a natureza, tanto do ponto de vista dos aspectos psicológicos e ou mentais quanto dos geográficos, sobre a superfície da terra.

Para Leite (1998, p. 4) “Os lugares normalmente não são dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo tão incorporada às práticas do cotidiano que as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal.” Isto significa que o lugar, por sua vez, não obedece um limite físico de fato, uma vez que as ações humanas o incorpora no viver do cidadão sem que o mesmo possa dimensioná-lo com precisão.

Percebe-se também em Ferreira (2000, p. 17) que:

Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação. É exatamente esta essência constantemente em movimento, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade da permanência (material, afetiva e simbólica) associada a permeabilidade a processos internos e externos influenciadores de sua modificação (material, afetiva e simbólica) que faz com que o lugar seja um permanente desafio a sua compreensão e a compreensão do mundo.

Esta colocação bem abrangente do autor remete ao fato da complexidade que o lugar traz na sua raiz, assim como das suas interações entre as suas próprias instâncias e destas com o resto do mundo. Também é possível perceber na colocação que o lugar dado ao seu dinamismo de fatores diversos está sempre propenso as mudanças a qualquer tempo em ritmos diferentes, o que contribui para que o seu entendimento seja tão complexo quanto a sua estrutura e todos aqueles oriundos dele.

Uma outra visão interessante sobre o assunto é encontrada em *Peruzzo & Volpato* (2009, p.9) quando se diz que: “A noção de local engloba desde aspectos técnicos como os limites físicos, como rios, oceanos, lagos, montanhas, diferenças climáticas, características de solo, aspectos político-econômicos, até diversidade sócio-cultural, histórica, de identidade, lingüística, de tradições e valores, etc, ou seja, estão em jogo as várias singularidades nas quais se constroem as práticas sociais.” Neste caso se coloca de forma bem clara que ora o lugar tem a sua própria identidade, o que possibilita a sua escolha, ora pode ser construído segundo os anseios dos seus criadores.

Associado ao lugar e aos outros conceitos apresentados até então, está o de paisagem, outra concepção importante no entendimento do território; e de frente, pode-se dizer que o conceito de paisagem aparece como fruto das impressões sócio-culturais do homem sobre o meio ambiente.

Portanto ela se torna um elemento importante na compreensão da existência e das mudanças que a sociedade traz ao território e a região, pois é o resultado de um conjunto de fatores que caracterizam até mesmo visivelmente os ambientes sociais, mesmo que suas interferências sejam pequenas, ainda assim, não deixa de ser o produto da força ou do desejo humano.

A paisagem segundo a imagem da Figura 2.9 abaixo é formada por três elementos importantes: o ambiente natural, os aspectos culturais e o poder de percepção e aparência; estas três premissas formam um entendimento de que a paisagem é resultante dos elementos físicos e climáticos, por exemplo, pelas transformações que o homem faz no seu território historicamente, e por todo um conjunto de sentimentos, observações, lembranças e outros que fazem com que o indivíduo tenha uma identificação com o ambiente no qual habita de alguma forma, a saber:



Figura 2.9 Landscape icon from the countryside agency, Landscape Perception. Disponível: http://www.heritagecouncil.ie/fileadmin/user_upload/Events/CPD_May-10/Karen_Foley.pdf Acesso em: jul.2011.

Todas estas instâncias estão intimamente associadas e em constante movimentação no sentido de que o homem forme e tenha sempre paisagens a serem observadas, sentidas e ou construídas por ele próprio.

A natureza é constantemente modificada pela sociedade representativa da cultura local, bastante mutável e diversificada, sobretudo pela ótica do que se pode ver ou perceber, por isto a paisagem dentro do contexto aqui representa já é um processo mais avançado, embora não se conceitua exatamente por isto, pois sendo a universidade um elemento social, a percepção da sua influência no território, passa a ser sentida depois de longo processo de mudanças que opera nas suas instâncias funcionais, e neste caso, pode-se falar em uma paisagem universitária, ou daquelas áreas e ou regiões que tiveram na sua história, um avanço provocado pela presença destas instituições de ensino superior.

Na verdade existem vários estudos conceituais em Geografia em torno deste tema; a paisagem também é um conceito também bastante comentado e diversificado pelos autores nesta ciência, conforme se pode observar na passagem de *Schier* (2003, p. 2):

Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais. De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se

pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos.

Como se pode verificar a paisagem está intimamente ligada ao homem, passando assim a representar o atestado dos seus feitos; o retrato do que ele faz no meio no qual vive, mas também pode ser tida como o arranjo dos elementos que a própria natureza demonstra. Assim, tal como os territórios, pode-se obter ou vislumbrar paisagens de todo tipo tanto oriundas das ações humanas quanto as naturalmente geradas.

Também é preciso salientar que o estudo do lugar e da paisagem está intimamente ligado ao processo de globalização, pois ele está por trás de todos os seus objetos e ações moldando as suas características sócio-econômicas, culturais, políticas e suas interrelações no contexto mundial.

Neste contexto até agora delineado, também é possível entender que a noção de território, região, lugar e paisagem são tidos como escalas do estudo e ou entendimento do espaço geográfico, não há como desvincular, pois o território, por exemplo, expressa e imprime as concepções dinâmicas da diversidade humana, suas ações culturais, políticas, econômicas e outros, servindo assim na construção do espaço geográfico que por sua vez pressupõe as interações entre os vários territórios, regiões, paisagens e lugares.

Todas estas concepções conceituais acabam se entrelaçando e se identificando em determinados momentos, mas é bom deixar claro, que em qualquer circunstância, o essencial é entender que o homem, ao longo da sua história tem um papel relevante na transformação do seu ambiente motivo por seus interesses e necessidades e portanto vai deixando as suas “marcas” em tudo que interfere e portanto acaba também utilizando-se de meios metódicos como forma de compreender, classificar e ou nomear os seus feitos, como forma de controle e domínio.

Assim, uma tentativa de agregar tais concepções e mostrar suas íntimas e ao mesmo tempo complexas interrelações, concebe-se o seguinte fluxograma da Figura 2.10, a saber:

RECORTES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO



Figura 2.10. Recortes do Espaço Geográfico. Elaborado por Marialda Brito. Profª do Lab. de Geoprocessamento/Uesb. 2011

O esquema mostra no entorno do espaço geográfico os seus vários recortes sob a forma de território, região, lugar e paisagem, que apesar de muito discutidos nas suas concepções teóricas, conforme já visto, acabam em algum momento comunicando-se entre si, tanto no que dizem respeito ao teor da relação do homem com o meio ambiente quanto ao fato de são frutos do estudo e da procura incansável do entendimento, em várias escalas, objetivos e propósitos que o próprio homem faz do meio no qual vive e reproduz sob sua influência, motivado por necessidades e ou interesses diversos.

De toda forma estes conceitos se interagem havendo, portanto, uma ligação entre eles, apesar de ser fazer abordagens isoladas. Desta forma se entende que há uma relação entre o conceito de paisagem e espaço geográfico, onde é dito que o primeiro é obtido pela aparência do que se ver, sob o olhar do observador, e o segundo é a essência do que se percebe, sendo que ambos são frutos da dialética da relação do homem com o meio, sendo a paisagem pode ser captada a qualquer instante favorecendo a compreensão do espaço geográfico. O chamado espaço geográfico não pode se de fato ser limitado, mas possivelmente estabelecido junto as várias instâncias de como se apresentam os frutos da perpétua dinâmica da relação homem-meio.

Esta complexidade dar margem também ao entendimento e as análises das relações e das problemáticas que envolvem estas instâncias do território apresentadas

em escalas, muitas vezes bem conflituosas nas suas conceituações pelos mais diversos estudiosos do assunto.

De outro modo pode-se dizer que o ser humano modela o seu modo de vida com técnicas e atitudes que demonstram na paisagem a sua cultura, ou seja, a “arrumação” ou feições do que se vê em termos de paisagem é fruto de todo um conjunto de fatores que o levam a mudar, transformar ou adaptar a tipologia física e comportamental de uma determinada porção do globo no que lhe parece necessário à sobrevivência.

Obviamente os contatos e constantes movimentações das populações “espalham” estes registros culturais e acabam universalizando os feitos dos povos em várias partes do planeta.

Notadamente, as questões econômicas parecem ser uma das mais atuantes neste modelado, uma vez que impõem interesses e influências entre os grupos ou territórios em todo o mundo, terminando por influenciar até mesmo as questões políticas e culturais.

O certo é que nada está despercebido ou está isento da atitude humana, em toda parte as suas atuações são íntimas e intrinsecamente ligadas, traçando uma dinâmica de transformação marcada por necessidades e ou sentimentos das mais diversas procedências, de modo que, ao mesmo tempo em que modela e deixa a sua marca registrada no ambiente no qual vive, cria também um mundo cada vez em constante comunicação, que por regra acaba facilitando a adoção e ou aceitação das diferenças pelos mais diversos povos e ou nações.

Notadamente traçar as características de uma região em pequena ou larga escala mediante a dinâmica da globalização é, por conseguinte, bastante complicado, devidos aos diversos fatores internos e externos que movimentam e traduzem a sua existência.

Porém as regiões são percebidas, sentidas e isto se denomina paisagem, pois marcam fisicamente, culturalmente, economicamente os lugares, se caracterizam com formas e formatos diferenciados, impregnam o mundo globalizado de diversos recortes, que mesmo diferentes se articulam entre si e se mantêm vivos e operantes na grande máquina capitalista que sobrevive exatamente sob esta diferença articulada e propositalmente formada, pois há de ser a veia do funcionamento de um sistema maior que não aquele de onde se originou.

Em Moreira (2008) onde através do esquema da Figura 2.11 abaixo, é possível verificar de forma bem metódica a relação de alguns dos conceitos apresentados até aqui sob um ponto de vista da íntima interação entre eles, conforme se pode perceber:



Figura 2.11. (Sem título) Pensar e Ser em Geografia, Ruy Moreira, 2008, pág. 113.

Segundo o esquema acima o citado autor mostra a paisagem interpretada em três organizações: a política, a econômica-social e a cultural que se interagem pelas ações de disciplina, produção, organização e naturalização das atividades do território e ambos por sua vez formam o espaço (que poderíamos entender como espaço geográfico) que abrange a interrelação do Estado e da ideologia pautadas nas estruturas de classe de produção e circulação intimamente ligadas às estruturas econômicas (D=capital dinheiro, M1=mercadorias, força, objeto e meios de trabalho, P=processo de transformação das velhas em novas formas de mercadorias, M2=mercadorias a serem postas a venda, D'= o retorno ampliado do capital) e as relações homem-homem e homem-meio(ft=força de trabalho, ot=objeto de trabalho e MT=meio de trabalho).

Como se pode perceber todo o território está associado as concepções de espaço geográfico, região, lugar e paisagem, numa miscelânea de aspectos bastante interdependentes, levando a crer que para entender sua dinâmica e preciso entender toda esta variação de abordagens conceituais de mundo.

Também ao se falar de cada um destes itens, estar se falando também do desenvolvimento territorial, da própria sociedade, do regional, do local e da paisagem; pois todos estão entrelaçados e determinados pelos feitos humanos dentre eles o importante papel das universidades - principal objeto de estudo desta investigação.

Conforme tem-se observado nos conceitos até então vinculados aqui que, falar em universidade, sociedade e território é na verdade abordar conteúdos que tem íntimas relações entre si.

A partir de funções importantes da universidade já é possível identificar o quanto ela é um produto da sociedade e diretamente seus efeitos estão também ligados a configuração do território visto que o mesmo, por sua vez, é fruto das ações humanas sobre o meio ambiente.

Há de fato uma complexidade de entrelaçamentos entre estas três instâncias de modo ao se referir a uma indiretamente tem-se a outra como causa e ou efeito daquela.

Assim sendo o ensino superior tem na universidade e instituições afins a sua materialização e vem assumindo diretrizes e mudanças importantes que o conduz as variadas e complexas perspectivas a âmbito mundial; todavia, de um modo geral o conhecimento mais do que nunca vai assumindo um lugar de importância fundamental no poderio das nações, uma vez que investir na educação e preparação das pessoas passa a ser um bem para o caminho do desenvolvimento.

Deste modo pode-se, primeiramente, elencar alguns aspectos gerais que denotam a importância que o ensino superior vem trazendo para o contexto das nações, tais como:

- Formação de mão de obra qualificada – para fazer face à um mercado econômico cada vez mais competitivo em constantes mudanças e diferentes exigências;
- Formar ou constituir o cidadão – consciente dos seus deveres e direitos dentro da sociedade;
- Aumentar o poder competitivo entre as nações – uma vez que possuir indivíduos preparados confere mais poderio aos países;
- Incremento do capital social – uma vez que o conhecimento constitui um bem de investimento econômico importante para a sociedade;
- Diminuição da pobreza – o acesso à educação dar ao indivíduo a oportunidade

de melhoria de vida;

- Reversão das desigualdades sociais – o conhecimento não só qualifica mas confere mais inclusão social;
- Minimização dos quadros de analfabetismo – cada vez mais perseguidos pelos países que anseiam por melhorias na qualificação pessoal;
- Democratização do acesso ao ensino – uma vez que a tendência é possibilitar que cada vez mais pessoas haja um número crescente de pessoas envolvidas na educação;
- Mais acesso das mulheres a educação – fato mais evidente em países de regimes políticos que marginalizam ou causam exclusão do sexo feminino ao ensino institucional.

Deste modo, a educação superior passa muito mais além do que constituir profissionais para fazer viva a economia capitalista, mas preparar as pessoas na sua conduta como indivíduos comprometidos com a sociedade sob a tutela dos valores morais esta é sem dúvidas uma função importante para que todos possam usufruir de um ambiente social sadio e equilibrado, e também a paz seja um estado possível.

No contexto mais global, a educação superior possibilita desde a superação interna de problemas relativos ao estado de pobreza e conseqüentemente das diferenças sociais, também atreladas a questão do analfabetismo, até a projeção favorável do país internacionalmente, ou seja, entendendo que estas condições desfavoráveis se configuram em verdadeiros entraves ao seu desenvolvimento, vencê-los então passa a ser um cômputo positivo para o seu real desenvolvimento, uma vez que este só é possível de fato quando está atrelado a melhoria das condições de educação do povo, e para tal é preciso que mais pessoas possam ter acesso a educação, daí se falar aqui em sua democratização.

Outro ponto importante, mencionado separadamente é o acesso cada vez maior da mulher no ensino superior no mundo, mesmo aqueles países onde elas historicamente tiveram problemas com respeito a isto, hoje vem paulatinamente superando este preconceito e as mulheres vão garantindo cada vez mais espaço nesta área, assim como coloca *Adelabu & Adepoju* (sem data, p.234):

Higher education for girls and women is imperative for development. Development in this context to Obanya (2003) is seen from the angle of the prevailing notion of sustainable human development which in itself is a state of well-being that focuses on human beings and on empowering the woman to work continuously towards making the world a better place for human creativity, enterprise and quality living standard.

De acordo, a participação da mulher na educação superior é um patamar do desenvolvimento sustentável, que está pautado tanto no fazer humano quanto na sua capacitação, ambos contribuem tanto para atender o mercado quanto para a própria qualidade de vida do cidadão. Desde modo a mulher tem cada vez mais contribuído para que as nações venham cada vez mais avançarem no contingente de pessoas preparadas profissionalmente através do ensino superior em todos o mundo.

Seguidamente, importante órgão ligado ao setor educacional mundial como a UNESCO (*United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*), disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/education/global-education-first-initiative-gefi/key-actions/>, acesso em maio de 2013, tem nas suas metas principais, os seguintes pontos:

1. *Enroll all children in school*
2. *Ensure all children are literate and numerate*
3. *Train more teachers*
4. *Equip classrooms with books and learning materials*
5. *Sustain education in humanitarian crises, especially conflict*
6. *Prepare students for livelihoods*
7. *Improve child nutrition*
8. *Instil lifelong learning*
9. *Foster global citizenship*
10. *Close the financing gap*

Neste sentido a Unesco, busca integrar o indivíduo a educação desde criança, entendendo que sua formação enquanto cidadão começa desde a mais tenra idade e para tanto deve receber o conhecimento que o prepare para a vida, dentro de um ambiente estruturalmente possível, com profissionais preparados e com condições para tal. De uma forma bem genérica é que isto que este órgão busca em relação a educação como um todo: ela tem que ser possível, dentro de um mundo em crise, com todo o aparato de condições que transforme o indivíduo em cidadão.

Com relação especificamente ao ensino superior a UNESCO Brasil na obra traduzida: *Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior*, p.84, mostra que a organização sustenta diretrizes específicas que entende como as mais prioritárias para atenderem este nível educacional de tão relevante papel em todas as nações do mundo:

- ampliação do acesso e da participação no ensino superior;
- aumento do investimento em ensino, inclusive no ensino superior, através da mobilização mundial de todos os depósitos de fundos, para a obtenção de

uma base de recursos mais ampla;

- aumento da relevância do ensino superior, através de respostas aos desafios de um mundo em mudança em nível internacional, regional, nacional e comunitário;
- aumento da qualidade do ensino superior em todas as suas funções e com respeito a todos que participam em suas atividades;
- promoção do papel da pesquisa no ensino superior;
- apoio à liberdade acadêmica e à autonomia institucional; e
- expansão da cooperação internacional no ensino superior, imprimindo um senso de direção para que essa cooperação ocorra num espírito de solidariedade acadêmica.

Aqui dentro da sua política de promover o acesso a qualquer nível da educação, assim como do seu financiamento, a UNESCO, visa então tratar o ensino superior como uma instância que tem muitos desafios a serem enfrentados, mediante um mundo globalizado e impregnado de problemas, vendo que dentre outros aspectos o investimento é um dos pontos fortes a sustentá-lo e este deve ser feito buscando vários apoios. Depois a própria questão da qualidade e a promoção da pesquisa são atitudes que as universidades devem tomar para garantir mais acessibilidade e participação na sociedade. Cooperações internacionais entre instituições de nível superior é uma tendência que deve ser alimentada para efeito de ampliação e expansão do ensino superior e das suas linhas de ações.

Já a OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development), na publicação *Tertiary Education for the Knowledge Society – Summary in Portuguese*, pág.4, coloca alguns objetivos que norteiam as orientações políticas para o ensino mundial que são:

- ✓ Orientação do ensino superior: estabelecer o caminho certo - neste item a idéia é que ele seja assessorado de forma a manter seu avanço com diversificação de cursos dentro de uma mesma diretriz ou consenso;
- ✓ Adequar as estratégias de financiamento às prioridades nacionais – ou seja, sendo o fator recurso um elemento fundamental para o seu progresso, é necessário então que se busque incessantemente fontes de financiamento para manter não só a sua estrutura mas o alunado, além da contribuição ou retorne que ele deve ter junto a sociedade e a economia;
- ✓ Garantir a qualidade – não há como haver avanço também sem a preocupação com a qualidade, reforçando seus mecanismos internos que possam proporcionar

este item;

- ✓ Alcançar a igualdade – este importante objetivo reforça a diretriz que o ensino superior deve tomar em meio a um mundo tão tomado por desigualdades sociais, e deste modo ele deve estar comprometido em alcançar as camadas menos favorecidas da sociedade e com o nível secundário que o antecede;
- ✓ Realçar o papel do ensino superior na investigação e na inovação – o investimento na pesquisa deve estar comprometido tanto com o seu financiamento quanto a sua disseminação e internacionalização;
- ✓ Carreira acadêmica: adaptar-se a mudança – a gestão de recursos humanos deve ser melhorada de forma a contribuir na entrada quanto no apoio ao trabalho dos universitários;
- ✓ Reforçar os laços com o mercado de trabalho – uma orientação voltada a educação e o trabalho, isto é, deve haver reforço a orientação profissional orientada ao mercado de trabalho, melhorando o caráter profissional do diplomado;
- ✓ Formular estratégias de internacionalização no contexto nacional – as instituições de ensino superior devem ser proativas tanto no ambiente nacional quanto no internacional;
- ✓ Implementar as políticas de ensino superior – principalmente estabelecer comitês no estabelecimento de políticas para o ensino superior.

Para a Ascun (*Asociación Colombiana de Universidades*), na obra: *Desarrollo humano sostenible y transformación de la sociedad*, p. 18, os reitores das universidades colombianas têm realizado várias discussões sobre o futuro das instituições no país, tecendo várias propostas para o ensino superior, ou uma nova política para ele, junto as entidades governamentais, reconhecendo eles que a universidade tem alcançado importantes avanços nos últimos anos e então propõe::

- *Reconocer los principios y compromisos del desarrollo humano sostenible y estimular su papel estratégico y su contribución a la transformación de la sociedad, en función del país deseado.*
- *Garantizar una acción decidida por el mejoramiento sustancial de los niveles educativos precedentes, que requieren del talento humano, de la investigación pertinente y oportuna sobre las condiciones y modalidades educacionales y de la formulación de políticas integrales.*
- *Reconocer la diversidad institucional y la necesidad de tener políticas diferenciadas y que hagan fácil la complementación y articulación del*

accionar institucional, estimulando las identidades y particularidades de las instituciones.

- *Promover la definición de agendas de investigación y de innovación en función del desarrollo humano sostenible, fortaleciendo la identidad cultural.*
- *Estimular la demanda de conocimiento especializado por parte del sector empresarial y las capacidades científicas de las instituciones y la formación de talento humano de alto nivel, para incrementar la competitividad y la generación de riqueza en un marco de responsabilidad social.*
- *Redefinir el papel del Estado y la arquitectura administrativa para atender el sector, entendiendo que su alcance va más allá del Ministerio de Educación.*
- *Promover la autorregulación y una forma más efectiva de ejercer la inspección y vigilancia, sin pretensiones de control sobre las instituciones.*
- *Dar sentido y fuerza propia a la regionalización y la interculturalidad.*
- *Reconocer la importancia de la mirada internacional y facilitar la interacción con múltiples espacios externos en la perspectiva de consolidar procesos de calidad académica e investigativa.*
- *Promover la innovación social en comunidades de aprendizaje, donde contribuya de manera eficaz a la democratización del conocimiento y a la generación de oportunidades para todos.*
- *Fomentar la construcción de capital social en el marco de valores para el adecuado ejercicio de la ciudadanía y para la generación de riqueza en ejercicio de la responsabilidad social universitaria.*

Deste modo o que é colocado por esta junta de reitores, é na verdade uma realidade do ensino superior atual ou do mundo globalizado, visto que eles acabam listando importantes conjecturas que as instituições responsáveis devem seguir e em muitos casos vem seguindo que vão desde o seu papel como propulsoras do desenvolvimento social até a transformação do indivíduo em cidadão.

As propostas são amplas e tocam bastante na questão social, ou seja, o ensino superior mais do que nunca deve estar comprometido com a sociedade e com as suas necessidades, trabalhando em meio as diversidades, atuando em estado democrático de direito, promovendo o acesso, respeitando as diferenças culturais, discutindo as realidades, sendo inovadora, atendendo as demandas do mercado, promovendo a internacionalização e enfim atuando de modo a proporcionar um conhecimento centrado nas questões que podem proporcionar a formação intelectual a serviço do bem estar social.

Em *Kraemer* (sem data) há uma referência importante sobre a questão da educação e do papel das universidades como função social, segundo o que se observa na citação abaixo:

Para ter acesso a uma melhor qualidade de vida, devemos melhorar os nossos conhecimentos. Maturana (1998) diz que o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Para ele, conhecer é viver, viver é conhecer. Diz ainda que todo conhecer é uma ação efetiva que permite a um ser vivo continuar sua existência no mundo que ele mesmo traz à tona ao conhecê-lo. É preciso progredir no campo da ciência e da tecnologia, das ciências sociais e humanas. Para garantir a qualidade a nível humano, é preciso melhorar também o sistema de valores. A sabedoria consiste, exatamente, na íntima aliança entre conhecimentos e valores.

É aí que entram em jogo as universidades, assim como todos os estabelecimentos de ensino superior, que assumem uma responsabilidade essencial na preparação das novas gerações para um futuro viável. Pela reflexão e por seus trabalhos de pesquisa básica, esses estabelecimentos devem não somente advertir, ou mesmo dar o alarme, mas também conceber soluções racionais. Devem tomar a iniciativa e indicar possíveis alternativas, elaborando esquemas coerentes para o futuro. Devem, enfim, fazer com que se tome consciência maior dos problemas e das soluções através de seus programas educativos e dar, eles mesmos, o exemplo.

Nesta abordagem o conhecimento associado aos valores é visto como bem para a promoção do indivíduo e da própria sociedade, e as universidades e estabelecimentos de ensino superior tem um papel muito importante na concepção destes aspectos, para a formação de gerações futuras e agindo na formulação de soluções inteligentes para os problemas que afligem a sociedade, sendo para isto também um exemplo.

Porém na obra *Universidade e Compromisso Social do Inep* (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Goergen, 2006, p.68), na seguinte passagem pode-se identificar uma observação importante sobre o papel da universidade no contexto social:

Tenho aqui a missão de falar sobre o compromisso social da universidade. Desejo fazê-lo defendendo o ponto de vista de que, no caso da universidade, compromisso social não significa que ela deva estar sempre a serviço dos interesses e exigências socioeconômicos do sistema vigente, seja para suprir suas incompetências, seja para otimizar seus procedimentos quando estes visam apenas a interesses e vantagens privados. Compromisso social da universidade significa, também, o exercício da crítica, da oposição e da resistência. Compromisso social não pode ser interpretado somente sob o aspecto operacional sistêmico, mas deve ter em vista, também, o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

Então esta tão mencionada função social da universidade deve ir muito mais do que a contribuição dos seus serviços, mas também o levantar do censo e da consciência críticas do indivíduo instruindo-o no exercício pleno do seu caráter enquanto cidadão, no intuito de colaborar para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Também na obra intitulada: *Quality Education, Equity and Sustainable Development: a holistic vision through UNESCO's four World Education Conferences 2008-2009* (2008, p. 4), traz uma reflexão importante sobre afinal qual o real papel de se educar, ou o que os sistemas dos países devem proporcionar as pessoas no que tange a inclusão social através da educação e neste ponto diz que:

Education systems can foster inclusion of all infants, children, adolescents, young people and adults of all ages, in different ways, especially through providing equitable access to them at all educational stages and grades, as well as through providing open and flexible links and transitions between formal and non-formal education, and among different types of institutions and tracks.

Deste modo independente dos esforços e tomada de atitudes que as instituições de ensino superior vem levantando junto aos seus países, antes de tudo, o próprio sistema educacional como um todo, deve começar o seu papel de inclusão ao permitir o acesso das pessoas de diferentes idades a educação de vários modos e em vários níveis e tipos de instituições; ou seja, todos devem ter condições de se educar, porque é dentro deste ambiente que se faz valer todo o progresso que a educação pode alcançar nos seus diferentes níveis, não se pode conceber então um sucesso das universidades em um ambiente onde as outras instâncias educacionais são débeis ou problemáticas.

Neste sentido o papel das instâncias governamentais, é promover condições para que as pessoas possam frequentar as instituições de ensino desde a mais remota idade, se preparando para o futuro através do conhecimento que adquirem e tendo a oportunidade de vir a cursar o ensino superior e demais cursos, pois não se pode conceber ou entender que uma nação possa ter uma boa educação superior, sem que os estágios antecessores a ela não funcionem bem no seu sistema educacional.

Esta é uma situação muito importante na avaliação da situação da educação como um todo, e aqui focando no ensino superior, existem várias linhas ou estudos que hoje apontam características peculiares a esta instância, como o caso de Watson (2008) que faz um estudo sobre o papel da universidade no mundo moderno, apontando para isto 10 lições que a mesma traz para a educação, cidadania e justiça social:

- *Know your history* – conheça sua história - ou seja, a formação e constituição de uma instância de ensino superior tem muita ligação com a história local e portanto conhecê-la é importante para tecer melhor juízo do seu papel na sociedade;
- *Think about civil society (more than about the state)* – pensar sobre a sociedade civil, mais do que o estado - a universidade deve cultivar e praticar sua

independência dos aparatos do estado, criando sua própria identidade ;

- *Do not rely on public funding* – não contar com financiamento público – a universidade deve procurar criar mecanismos de geração de recursos e não somente depender dos externos;
- *Identity your (genuine) stakeholders (and share risk with them)* – identifique os seus interessados e compartilhe os riscos com eles – a universidade deve procurar desenvolver o difícil e delicado papel de reconhecer aqueles que tenham interesse (pessoas e ou instituições) e que possam investir nela, criando laços e oportunidades de interação e riscos;
- *Cultivate your allies (especially other public services, and other institutions)* – cultive seus aliados, principalmente outros serviços públicos e outras instituições – aqui o fazer alianças, dando abertura aos contatos e permutas com outras instâncias de ensino, é uma tendência que muito tem a auxiliar o futuro da universidade;
- *Use your intellectual capital (and establish the audit trail)* – use seu capital intelectual e estabeleça o caminho da auditoria, ou seja, o melhor e maior recurso de uma universidade é sem sombra de dúvidas o conhecimento e para tanto deve procurar tecer caminhos onde possa aplicá-lo da melhor maneira possível;
- *Mobilize your members* – mobilize seus membros - neste caso a universidade é um importante meio de movimentar seu público, ou seja, seus estudantes, no sentido de inseri-los nas atividades de serviços que a sociedade oferece;
- *Open your gates* – abra seus portões - a universidade deve estar sempre aberta ao contato e a boa relação com a comunidade de um modo geral;
- *Nurture the neighbourhood* – alimente a vizinhança - a universidade, principalmente através dos seus estudantes, deve procurar se identificar mais com o seu meio, criando laços mais próximos;
- *Keep you nerve* – mantenha-se fortalecido – a universidade tem uma série de obrigações mediante seus estudantes, professores, investidores, comunidade e outros e para tanto pode seguir um caminho exemplar ou não, portanto é preciso manter-se em constante ânimo para garantir tais obrigações.

Tais concepções mostram de maneira bastante metódica possíveis comportamentos e ou atitudes que uma vez atribuídas a universidade, fazem dela um meio de interação e transformação da sociedade através do conhecimento promulgado sobretudo pelos seus seguidores – estudantes, cientistas, professores e outros.

Estas lições são de fato uma série de requisições importantes que devem ser seguidas ou adotadas por estes centros de concepção do conhecimento no mundo moderno, mas que nem sempre são fáceis de serem cumpridas, uma vez que a realidade sócio-econômica das nações são diversas em todas as partes, conforme foi visto pelos índices apresentados anteriormente.

Todas elas podem parecer difíceis de serem seguidas, mas em algum momento, um ou outro aspecto é normalmente identificado ao se observar uma instituição de ensino em qualquer parte, sobretudo porque a premissa da sua existência começa pela busca da formação profissional, na relação com a comunidade, e ou mesmo na interação com outras instâncias ligadas ao mesmo objetivo.

O fato é que, as lições mostram que a tendência é que as universidades sigam cada vez mais afinadas com o contexto social e suas diretrizes, de modo que a sua existência supõe adoção e adequação aos novos comportamentos e necessidades, em busca da identidade interna e externa com seus seguidores e investidores, a fim de tornar o seu papel cada vez mais marcante de transformação e desenvolvimento social.

Outra abordagem dentro do mesmo contexto é a de Lemos, (Politécnicos e Universidade) que aborda algumas tendências para o ensino superior, sendo elas:

- Massificação: diz respeito ao acesso crescente de pessoas ao ensino superior;
- Inovação: é sempre o meio de promoção das mudanças, sobretudo, no que tange ao conhecimento, principal razão de ser da sua existência;
- Investigação: associada a vanguarda da inovação está atrelado ao papel da investigação, que tem por propósito levar o ensino superior a alcançar patamares inusitados de conhecimento;
- Competência: uma vez comprometido com a formação do indivíduo é papel elementar do ensino superior torná-lo especialista no conhecimento procurado e para tanto deve ter domínio sobre o saber requerido.

Também a educação superior pode ser argumentada por *Schwartzman* (2007, p. 1) da seguinte forma:

Na medida em que a educação superior se expande, ela se diversifica, tanto em relação aos estudantes (antes as elites, hoje de todas as origens sociais) quanto em relação aos provedores (governos federal, estaduais, municipais, ministérios, instituições privadas, filantrópicas, empresas, igreja,, organizações e instituições internacionais), formatos (universidades, faculdades isoladas, cursos de longa e curta duração, presenciais, à distância) e áreas de formação (nas profissões clássicas, para a pesquisa de alto nível, em novas profissões, em formação geral, cursos de aperfeiçoamento, cursos tecnológicos, educação continuada).

Reafirmando a passagem acima o que se tem observado é que o acesso ao ensino

superior tem se expandido independente da classe social a qual pertence o indivíduo, da intervenção e ou influência política-administrativa local, da estrutura e propósito que assume mediante a demanda social, dos tipos e profissionais envolvidos.

A gama de instituições de ensino superior se faz cada vez mais presentes na vida do cidadão, e portanto possuir uma qualificação de nível superior é cada vez mais uma meta a ser alcançada e vislumbrada pelas pessoas, passando isto a ser inclusive uma modalidade de ascensão social para a maioria.

Deste modo a universidade se espalha fisicamente e ideologicamente a medida em que passa a fazer parte dos anseios e da vontade da população, de um modo geral, em obter um título e por conseguinte uma profissionalização através dela.

Então é como se a universidade embrionariamente tivesse surgido em prol de uma elite dominante e voltada a servir as suas necessidades de conhecimento; hoje passa a ser uma instituição dita “mais popular” tendo no seu quadro pessoas de várias origens, credos, culturas, e toda espécie de formação acadêmica, respondendo assim também com um caráter bem dinâmico e diverso quanto aos que a procura.

Também, é de se entender que este alcance da universidade, não é totalmente amplo, pois se assiste ainda muitas pessoas fora da sua influência ou mesmo com remotas chances de pertencerem ao seu rol de contemplados, porém o seu acesso torna-se cada vez mais viável, seja através dos investimentos administrativos locais, seja através do financiamento do ensino superior, ou de bolsas de estudo, ou da iniciativa privada e de tantas outras modalidades que favorecem a sua existência.

Assim, é possível vislumbrar a capacidade do desenvolvimento do ensino superior representado pelas suas instâncias e influência massiva sobre as pessoas, a região e por conseguinte o território onde se localiza; se transformando assim em uma nova modalidade de concepção e modelo de paisagem na qual a sociedade está inserida.

As universidades então passam a ser uma nova característica do lugar e da sua gente que vê no seu entorno uma dinâmica social se desenvolvendo a partir delas e com elas, numa relação intrínseca de dependências mútuas e quase, muitas vezes, imperceptíveis.

Nesta via, o ensino universitário mediante as suas principais linhas de ações focadas no ensino, na pesquisa e na extensão tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade não só quando especializa indivíduos em uma determinada área de conhecimento, mas também ao longo do tempo deve procurar desenvolver atividades científicas e extensionistas que permitem contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Notoriamente a universidade está atrelada as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão como uma base de sustento ou de desenvolvimento para a sociedade; é por meio destas tarefas que a universidade pode alcançar seus objetivos junto a sua região de origem, e é por via possível dizer que somente através destas e com compromisso e responsabilidade que o ensino universitário pode ter de fato um lugar importante no entremeado contexto, social, econômico e político de uma determinada região.

No ensino, é bem mais explícito para as pessoas o real papel da universidade, que através de uma cadeia de disciplinas distribuídas por áreas confere ao estudante um conjunto de informações bastante diversificadas e amplas, sendo, todavia, apenas uma porta de entrada para que o mesmo se enverede por assuntos e temas de seu interesse acadêmico e assim possa gerar novos conhecimentos a partir dos já existentes.

Tais conhecimentos tem um *feedback* para a sociedade com a profissionalização do indivíduo que por conseqüência deve dar retorno a mesma se constituindo em uma mão de obra especializada e preparada para assumir serviços e tarefas essenciais para a sobrevivência do conjunto da sociedade.

Na extensão, a universidade deve exercer uma tarefa mais comprometida com atividades que no miolo dos acontecimentos possam proporcionar uma maior inserção da mesma junto a comunidade local e vice-versa. A extensão universitária tem uma importância salutar quando desenvolve ou abriga projetos que trazem benefícios a comunidade como um todo seja na área da própria educação, na saúde, em treinamentos, na cultura, na assistência social e outros, mostrando assim um trabalho de preocupação e compromisso com as instâncias diversas da sociedade, independente da posição de cada indivíduo dentro dela.

A extensão universitária talvez seja um dos elos mais palpitantes do papel da universidade no desenvolvimento local, pois desenvolve a cidadania e aproxima a instância de ensino superior da cultura local e regional, passando a universidade a entender melhor as demandas regionais e assim cumprir o seu papel de agente social e por conseqüência favorece o seu crescimento.

Assim segundo Silva (2004, p. 2):

A extensão é defendida como uma expressão do compromisso social que deveria estar explícito no próprio conceito de universidade, uma concepção que se origina no instante em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou, ainda, quando se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais.

Na pesquisa, o principal foco é justamente nas inovações tecnologias das quais se

ocupam a universidade e que tem muito a contribuir para a qualidade de vida da região e portanto da qualidade de vida dos seus habitantes.

As instâncias de ensino superior têm uma importância crucial na busca de estudos e soluções de vários problemas que afligem a sociedade e é neste caminho que ela contribui de sobremaneira para a transformação e crescimento social.

Muitas pesquisas são desenvolvidas com vistas a buscar soluções para problemas emergenciais, outras nem tanto, mas de todo modo é a busca de conhecimento para melhoria, e assim quanto mais a universidade exerce este papel melhor para o seu desempenho enquanto instrumento de desenvolvimento.

Assim o ensino superior não é só para favorecer a criação e uso de um conhecimento, mas contribuir para garantir a sobrevivência social em meio as necessidades que são veementes nas mais variadas instâncias do viver humano.

A pesquisa tem uma contribuição fundamental no desenvolvimento científico, é o cerne de avanço do conhecimento e do domínio do homem sob a natureza. Tal cenário dista então que a sociedade tem uma relação direta com a pesquisa científica e seus produtos e deles se favorece e desenvolve ao longo dos tempos.

A pesquisa deve e tem que ser sempre uma força ativa desenvolvida pela universidade na propulsão do meio no qual ela se existe, de forma a fazer com que todas as facções sociais venham a receber benefícios e avancarem rumo a melhoria da qualidade devida da população.

O investimento em pesquisa pelas universidades acaba tendo então um compromisso direto com os interesses da sociedade e de forma recíproca dela se beneficia com as contribuições que a cultura local tem a dar no seu acontecimento.

O ensino superior por sua vez mediante os modelos econômicos e as características sócio-culturais se desponta cada vez mais como um baluarte do desenvolvimento regional a partir da sua influência local.

A universidade não existe mais somente como uma entidade de fomento ao conhecimento, mas de envolvimento e compromisso com as diretrizes da sociedade moderna e dela também herda elementos fundamentais que norteiam as suas ações no ensino, na extensão e na pesquisa.

De outro modo a universidade pode ser entendida dentro deste contexto como um ponto chave da construção e do desenvolvimento do território uma vez que conforme já foi visto, a sociedade e o território são elementos complementares na constituição da região e portanto também aqui buscar o entendimento de um recai no entendimento do outro.

Incontestavelmente a sociedade é o principal foco receptor dos benefícios do ensino superior e por extensão o território, se transformando ambos também no palco do seu desenvolvimento e expansão física, respectivamente.

Deste modo entender a atitude da universidade e seus desdobramentos é também entender o caráter que a sociedade e o território assumem mediante a sua presença. Seu alcance nem sempre é previsto e pode ser perceptível nas mais variadas instâncias sociais que vão desde a profissionalização até as mudanças culturais e comportamentais que a população vai experimentando e dando em troca a sua bagagem de demandas e também conteúdo cultural.

A região, na qual pode estar inserida os diversos territórios sente que o acesso ao ensino superior muda o seu panorama estrutural, ou melhor dizendo, muda sua paisagem, uma vez que as instituições acabam convergindo novas outras estruturas de suporte ao lugar.

De todo modo, o ensino superior tem o poder de trazer fluxos e demandas até então incomuns a região, provocando uma dinâmica no entorno das instituições envolvidas, mudando os hábitos das pessoas, sobretudo os estudantes, e trazendo novas demandas para o comércio, a indústria e a produção agrícola, isto é toda a economia, acaba se adaptando ao contingente populacional e ao consumo decorrente em função das novas demandas trazidas por elas.

Também os aspectos culturais acabam refletindo esta nova circunstância, apesar de que ao ter um constatado envolvimento com a fazer social, a universidade dos dias atuais procura no seu agir respeitar as tradições e costumes locais, incentivando-os muitas vezes, porém tem a capacidade própria de inserir na sociedade novos contextos comportamentais que acabam sendo modificadores do território.

Se poderia aqui listar uma infinidades destes aspectos íntimos desta complexa e bem montada estrutura: universidade-sociedade-território, porém cabe aqui dar os principais elementos que podem definir de forma resumida os elementos que assim definem de forma mais compreensível esta relação e proximidade de instâncias diferentes mais que comungam o mesmo convívio que nem sempre podem ser tão claramente observados; a Figura 2.12 abaixo concretiza de forma geral, esta exposição teórica até aqui:

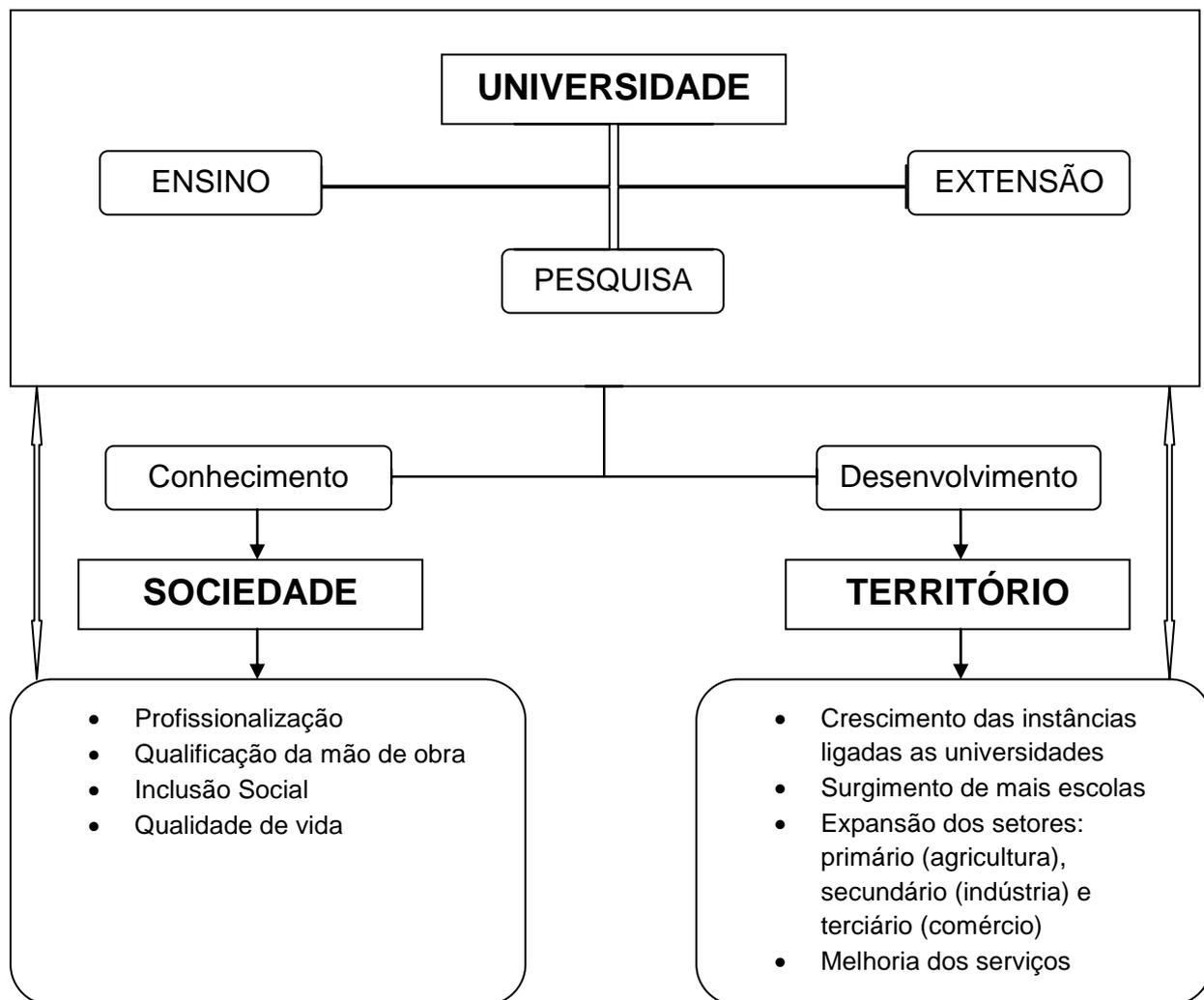


Figura 2.12. Relações entre a Universidade, a sociedade e o território. Elab. por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento/Uesb. 2011.

Por outra análise e ainda pegando o viés desta trilogia e de conhecimento dos conceitos até então apregoados sobre universidade, sociedade e território, pode-se averiguar também que existe claramente uma aproximação de elementos que identificam estas instâncias enquanto em conjunto, nesta análise.

O fato é que a universidade, como o próprio nome sugere, tem um caráter de abrangência de amplitude e envolvimento com o todo, como assim é a sua proposta fundamental de ação, segundo o esquema acima.

Paulatinamente a universidade existe a partir da sociedade que também tem um caráter agregador e universal, tendo conseqüentemente o território como a sua expressão de ação e existência.

O território na sua abrangência expressa fisicamente a ocupação da universidade e

de todo o seu aparato físico espacial representado por outras unidades de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade pode ser também considerada uma expressão da sociedade e esta por sua vez a constitui do ponto de vista da formação do indivíduo ou do preparo do mesmo para atuar dentro dela nas suas mais variadas faces.

O território é a marca registrada da educação superior e de todos os elementos que ela traz para a sociedade e esta por sua vez leva para dentro da universidade. Estas instâncias cumprem escalas de influência e abrangência muito amplas e similares, uma vez que podem determinar elementos da existência entre si em um mesmo espaço geográfico.

Difícil, muitas vezes, é determinar o limite que separa a universidade, a sociedade e o território, dada a vivência estabelecida entre elas fruto da determinação de uma pela outra e das impressões que criam na região cada vez mais envolvida pelo conjunto de coisas que acontecem dentro e fora dos seus parâmetros existenciais.

Por isto a universidade comunga com a sociedade e com o território nos seguintes aspectos principais:

- Dissemina o saber;
- Tem a missão de preparar o indivíduo para a vida;
- Agrega pessoas – idéia de grupo;
- Provoca o crescimento infraestrutural e econômico;
- Influencia a cultura e a política;
- Se expande fisicamente e se espalha no território;
- Estabelece vínculos e parcerias;
- E outros

Estes aspectos são exemplos de ações identitárias da universidade com a sociedade e com o território e assim acabam tendo afazeres comuns que se misturam e muito se pode de fato separar tais instâncias sobretudo considerando também os próprios efeitos que a globalização tem sobre este contexto ajudando ainda mais a relação conceitual entre elas.

Já em *Boiser* (2005, p.13), há uma interessante reflexão de modo sistemático da relação da universidade com o território, onde se pode verificar que o autor faz a seguinte colocação:

La pregunta clave es, por cierto, en qué pueden contribuir las universidades a que “su” territorio, sobre la base del conocimiento, se posicione mejor en la globalización. La respuesta es múltiple, como se verá a continuación.

- i) En materia de formación
 - Preparar a más ciudadanos para asimilar más conocimientos y para participar en un proceso de cambio permanente y rápido.
 - Mejorar el capital humano, formando más científicos e ingenieros fuertemente imbuídos de valores.
 - Mejorar la inserción laboral de los egresados, dándoles una formación que fomente la vocación empresarial y que les prepare para contribuir al proceso de innovación.
- ii) En investigación y desarrollo (I+D)
 - Reforzar la investigación: más investigación y de mejor calidad.
 - Reforzar la conexión entre innovación y empresa.
- iii) En relación con el cambio estructural de la economía
 - Apoyar la creación de empresas de base tecnológica mediante “incubadoras” y otros mecanismos.
 - Apoyar la mejora tecnológica de las empresas y los sectores existentes mediante programas sistemáticos de transferencia tecnológica.
- iv) En relación al desarrollo regional
 - Contribuir a las estrategias locales y regionales para el desarrollo del territorio en la contemporaneidad (conocimiento más valores)

O autor coloca alguns patamares importantes de como as universidades podem contribuir para o território, de forma que o preparo do material humano, de forma que ele possa fazer a diferença na sociedade através dos conhecimentos adquiridos, é uma das suas primeiras contribuições para que aconteçam mudanças significativas dentro dela.

De outro modo a pesquisa também é outro objetivo a ser trabalhado de forma que haja uma completa conexão entre a universidade e a empresa, por exemplo, e desta forma ela esteja contribuindo para o desenvolvimento econômico e por conseguinte o territorial, além de primar cada vez mais por uma melhor qualidade do que é realizado nesta área.

Especificamente em relação a economia a universidade deve investir massivamente nas chamadas empresas incubadoras que são aquelas de apoio, orientação e fomento a atividade empresarial, além de dar apoio as já existentes com programas tecnológicos ou transferência de tecnologia para as mesmas, uma vez que é uma típica formadora da mesma.

Por fim, as universidades têm muito a contribuir para o desenvolvimento local e regional por intermédio de muitas ações e estratégias externas, e com elas ela acaba agregando muitos valores a sociedade que começam pela formação da mão de obra especializada, passando pela transferência de conhecimentos através das pesquisas, pelos incentivos ao empreendedorismo, comunicando-se assim diretamente com o setor econômico, pelas atividades de cunho social, que geralmente motivam a inclusão e enfim agindo de forma a se configurar como uma autora de mudanças no território.

Neste sentido, é interessante observar que no Brasil e na Bahia – escalas de estudo deste trabalho já configuram como importantes territorialmente, conforme se

observa nos mapas das Figuras 2.13 e 2.14 a seguir:

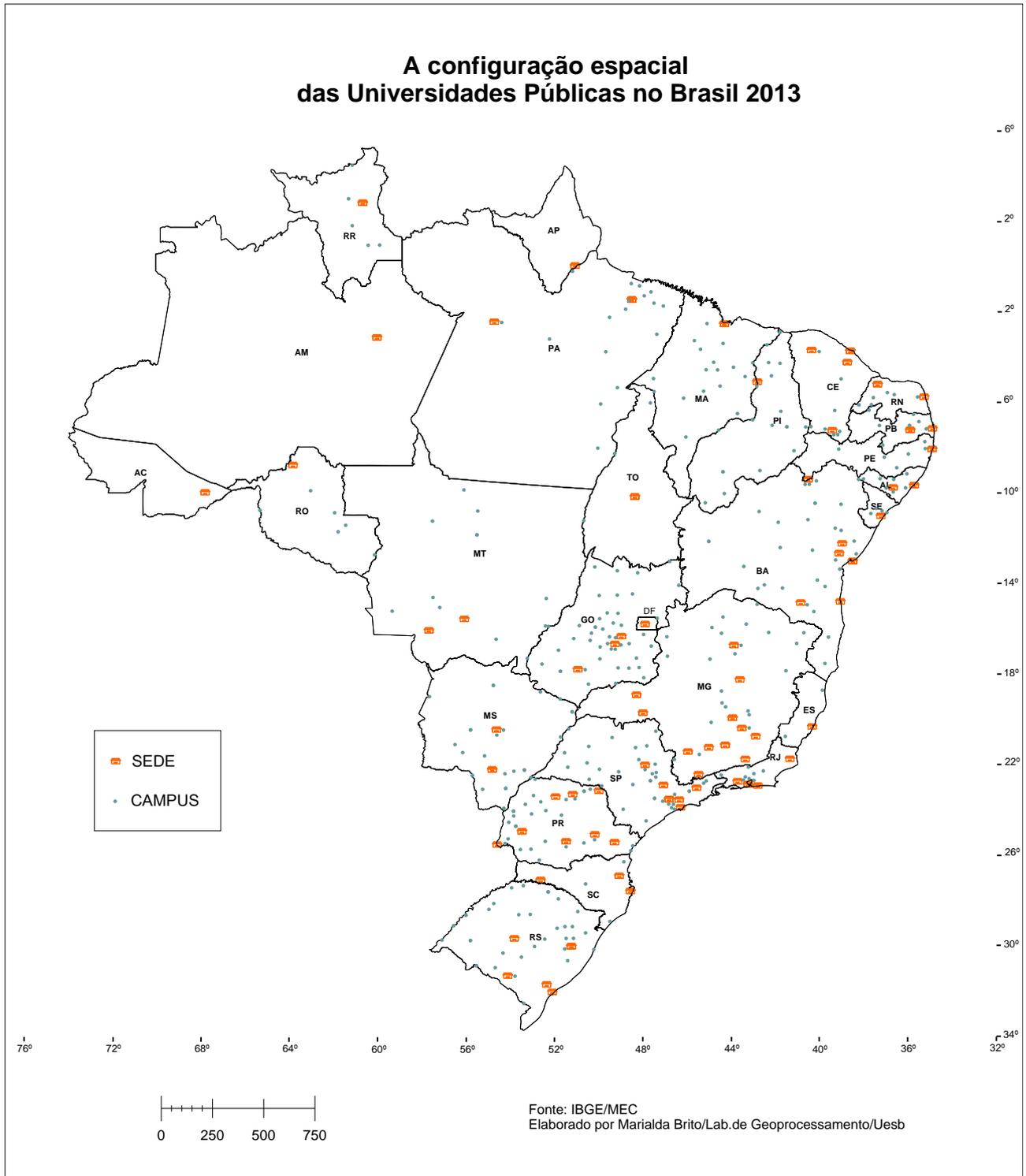


Figura 2.13 Configuração Espacial das Universidades Públicas no Brasil. Fonte: IBGE/MEC. Elaborado por Marialda Brito. Lab. De Geoprocessamento, DG/Uesb. 2013

Configuração Espacial das Universidades Públicas na Bahia 2013

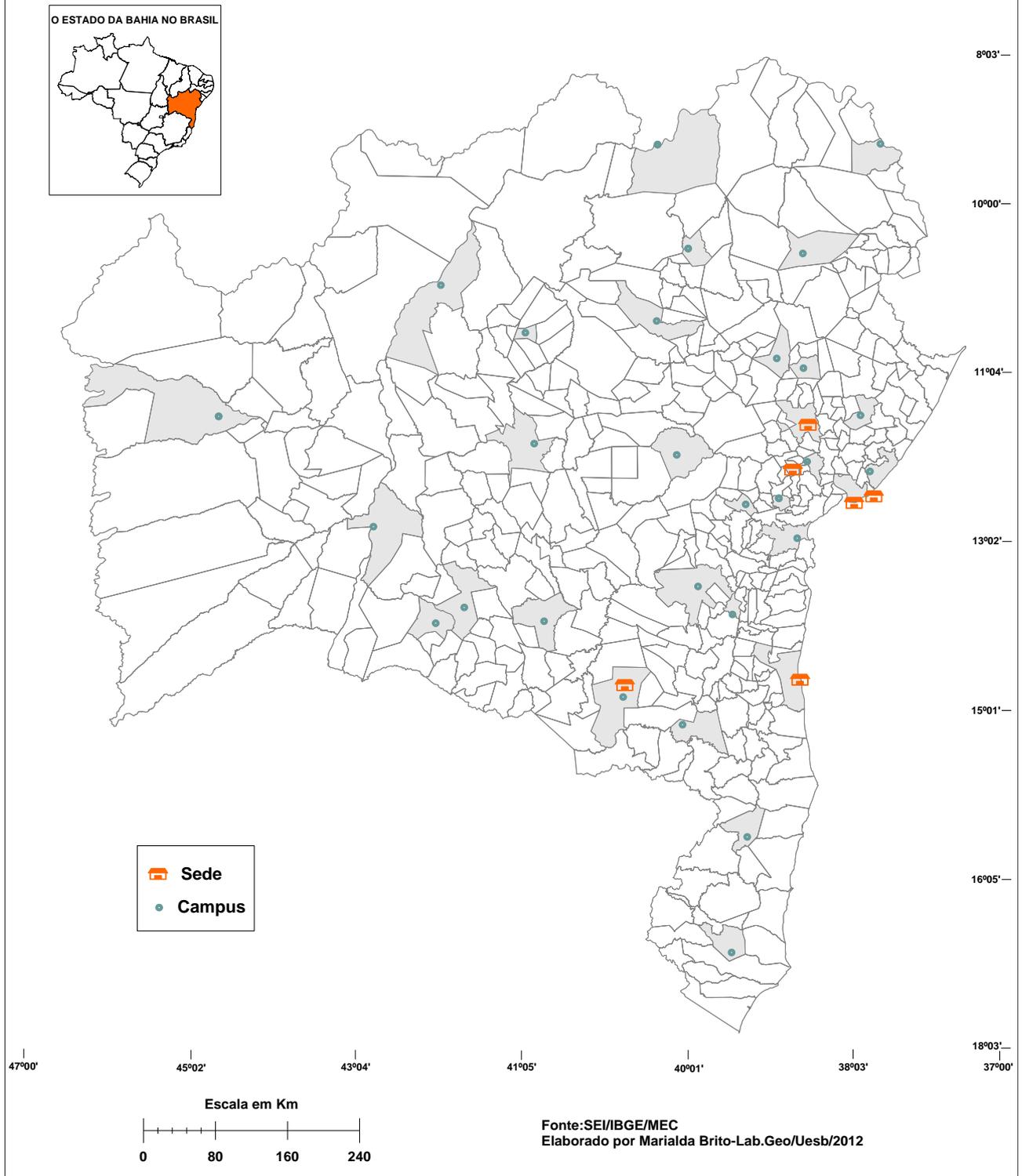


Figura 2.14 Configuração Espacial das Universidades Públicas na Bahia. Fonte: SEI/BGE/MEC. Elaborado por Marialda Brito. Lab. De Geoprocessamento, DG/Uesb. 2013

Em primeiro lugar nos mapas da Figura 2.13, tem-se representadas as universidades públicas brasileiras juntamente com os seus campi. E então é possível observar que todo o território nacional é ocupado por elas, embora se perceba algumas concentrações em algumas partes.

Também existem mais campi do que sede é o sistema multicampi das universidades nacionais, onde a chamada sede é aquela que agrega a administração central da universidade que pode possuir várias outras unidades dentro ou fora da cidade onde se situa, é esta feição que faz com que haja uma pulverização grande de universidades públicas no país.

A princípio também se verifica que nas cidades litorâneas e em toda a sua extensão interior, existem muitas mais universidades do que em relação aquelas mais distantes desta área e tais circunstâncias estão intimamente ligadas a processos históricos de origem econômica e política, desta forma há de se buscar aí também a história econômica brasileira.

Deste modo em Nascimento ET alli (2007, p.114-116) coloca que o desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em relação as regiões sul e sudeste tem sido bastante diferenciado, esta origem está exatamente no repasse muito diferenciado de recursos destinados a elas pela União; por exemplo: nos últimos cinco anos o repasse feito aos estados do sudeste e sul (ex: São Paulo e Paraná) foi 12 vezes maior que para estados do nordeste (Bahia, Ceará e Alagoas).

Sob esta perspectiva o ensino superior assim como seu avanço físico – com a construção de novas universidades, fica sobremaneira comprometido, uma vez que o investimento é um dos presunpostos elementares do desenvolvimento universitário, conforme se tem visto até aqui e sem ele a universidade fica impedida de trabalhar em prol do desenvolvimento regional, seja pela sua inexistência ou então pela incapacidade de agir em função deste acontecimento.

Esta é sem sombras de dúvidas uma importante observação para se compreender melhor esta espacialização das universidades pelo território nacional, quando se nota que elas acabam ficando mais concentradas no eixo das regiões sudeste-sul e menos no eixo das regiões nordeste, norte e centro-oeste.

Na Bahia, que é um prolongamento desta configuração das universidades que existem em todo o país, conforme mostra o mapa da Figura 2.14, as universidades se espalham também ao longo de todo o território, embora, as sedes sejam em pequeno número e o que faz aumentar um pouco este volume de instituições são exatamente os

campi, ou unidades resultantes das mesmas.

Não diferente do restante do país a Bahia experimenta portanto, uma conjuntura espacial de universidades similar, embora se for rebuscar historicamente as razões desta configuração, podem existirem algumas particularidades, mas não muito diferente do contexto nacional que se estrutura neste quadro.

Na Bahia tem-se portanto pouquíssimas universidades públicas representando as sedes, são apenas 6: Ufba, Uneb, Uesb, Uefs, Ufrb e Uesc e seus campi, sendo que a Uneb é a mais extensa com 24 campi contando com a sede, as outras tem abaixo de 4 campi externos e algumas nem isto como a Uesc.

As universidades brasileiras portanto podem ser aqui espacialmente caracterizadas por serem pulverizadas no território, da porção litorânea em direção as áreas mais interioranas, onde vão se tornando mais rarefeitas a medida que avançam mais neste sentido. Mostram que fazem uma cobertura importante no país, no sentido em que existem por toda parte o que demonstra que o ensino público, mesmo em meio a numerosa existência de instituições privadas, vem marcando presença.

É importante também perceber que esta é uma situação que traz a questão do desenvolvimento local e regional sob a influência universitária, portanto esta configuração espacial das universidades brasileiras está por sua vez ligada a este fato, e por onde elas estiverem instaladas, certamente a vida social destas comunidades esta sob esta ação, não importando a escala ou dimensão do fenômeno, mas se verificando que inevitavelmente ele existe.

Outro fato interessante a ser analisado, é que há uma articulação necessária entre as sedes e os campi, e por ser esta a estrutura comum nas universidades brasileiras, há se de constatar que o nível de interação entre elas é bastante alto, ou mais ainda, apesar da autonomia da qual goza estas instâncias, há um segmento de trabalho mais instrumentalizado por um centro administrativo de onde provem tanto os segmentos de funcionamento interno das instituições como também os recursos a serem investidos na sua vida diária e no seu futuro.

Outro fato importante, diz respeito a estrutura acadêmica dos cursos que acabam sendo distribuídos pelos campi de acordo as demandas locais e isto faz muita diferença ao seu atendimento do ensino superior nas comunidades de uma forma geral.

Então, em se falando desta articulação em Pena Júnior & Graciano ET alii (2005, p.4135), é dito que:

Para que essa “engrenagem” do desenvolvimento local possa funcionar é de

fundamental importância a animação e a articulação dos atores locais. Tais atores locais (universidades, empresas, organizações da sociedade civil, governos, comunidades, entre outros) devem orientar-se para uma maior utilização dos recursos endógenos e para a diversificação da base produtiva local (FRANCO, 1999; SPINK, 1999; ZAPATA, 2004). O funcionamento dessa “engrenagem requer um tempo longo para sua maturação e cada ator local deve interagir com os outros, ofertando seus ativos (capital financeiro, humano, intelectual, social, entre outros) para que se chegue a essa maturidade.

Comparativamente as universidades públicas nacionais funcionam como uma engrenagem onde as sedes e os seus campi, espalhados por todo o território funcionam articulando-se com as instâncias locais, se alimentando delas e ao mesmo tempo dando retorno a ele. Trata-se de um comportamento de interação entre os atores locais e o território, em uma espécie de sinergia que vai amadurecendo com o tempo, criando laços e aprofundando cada vez mais a relação universidade-território.

Já para *Couto & Bryan*(org.) et alii além em *Pardal & Pittet* et alii (sem data, p. 126), já relaciona esta ligação da universidade com o território sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável¹⁴:

El papel que deben asumir las universidades en la educación para el desarrollo sustentable debe integrar las preocupaciones ambientales, demográficas, económicas y sociales, vinculadas directamente a la noción de “sustentabilidad”. Se tratará de reorientar, tal vez, los planes de estudio y los programas de investigación hacia un trabajo cooperativo, interdisciplinario y flexible, que además mantenga estrecho contacto con la realidad local y regional. Para ello será imprescindible: o Abocarnos a la formación y capacitación docente; o Pensar que distintas disciplinas pueden sentirse directa o indirectamente comprometidas en la preparación de nuevos profesionales con nuevas capacidades, actitudes y valores frente al desarrollo sustentable.

Bem, aqui prediz que uma educação superior comprometida com o desenvolvimento sustentável, deve estar com uma estrutura acadêmica que prepare seus profissionais para este novo ideal, portanto é preciso que ocorram mudanças na estrutura do ensino, a começar pelo interesse e preocupação com as questões ambientais, demográficas, econômicas e sociais, para que as capacitações ou formulações de disciplinas dedicadas possam ajudar neste processo.

Esta proposta está cada vez mais em evidência no mundo atual e trata-se de envolver cada vez mais a academia nos assuntos que dizem respeito à promoção da sociedade a partir das suas necessidades mais veementes e os reflexos que isto terá no território.

¹⁴ O conceito de desenvolvimento sustentável estruturado em cima da promoção da qualidade de vida das pessoas através do uso racional dos recursos naturais e de sua preservação com vistas a garantir o futuro das novas gerações, passa a ser incorporado ao papel da educação superior por estar especialmente envolvido com a formação consciente e intelectual do indivíduo.

Falar em desenvolvimento sustentável a partir da universidade ou da contribuição que ela pode dar ao mesmo é pensar que só é possível preservar os recursos naturais, quando o indivíduo é preparado para isto, e este é sem sombras de dúvidas um dos maiores desafios que o ensino superior tem pela frente, a julgar pela necessidade cada vez mais explícita em explorar a natureza sem comprometer a vida futura do planeta.

Também é preciso pensar que se vive em mundo globalizado, onde os interesses se permutam e a questão do desenvolvimento sustentável passa a assumir uma esfera ainda mais abrangente e entrelaçada nos modelos de gestão locais e interesses políticos, por isto a universidade tem que estar envolvida em todas estas instâncias como forma de alcançar o entendimento dos fatos e apresentar soluções viáveis para a imensa problemática que envolve uma ação deste tipo.

Em Sobrinho, (2005, p.164), ela coloca a relação da educação superior com a globalização do seguinte modo:

A globalização provoca mudanças na educação superior. De modo mais significativo nos países de industrialização avançada, induz novos temas e práticas de pesquisa, difunde rápida e amplamente os resultados e aplicações das investigações. Isso tem reflexos nas atitudes dos pesquisadores e suas relações com a ciência e a sociedade. Três aspectos ao menos é importante destacar. O primeiro é quantitativo: nos últimos cinquenta anos, e de modo crescente, a humanidade vem apresentando um acúmulo de conhecimentos incomparavelmente superior a qualquer outro período. Uma segunda observação diz respeito a uma mudança na esfera da produção dos conhecimentos, especialmente caracterizada por uma tendência de passagem da ciência básica, muitas vezes da pesquisa desinteressada, para os contextos de aplicação e de controle do conhecimento. O impacto disso, e esse é o terceiro aspecto, é muito grande tanto nas esferas mais alargadas quanto nas microdimensões da vida.

Notável é saber que a globalização tem positivamente um efeito de mudanças importantes ao conhecimento que se torna cada vez mais abrangente e acumulativo na humanidade e este pressupõe novas criações, mas aprofundamento de aplicações de temas pesquisados, além da diversidade dos mesmos.

Este contexto prediz que estar-se em frente a um mundo detentor de conhecimentos das mais diversidades naturezas, dirigidos tanto à um contexto mais geral ou universal até aquele mais sublime, mínimo da vida humana. Então nunca antes as informações, os conteúdos, enfim as fontes de conhecimento foram tão amplas e ao mesmo tempo tão comuns em todo mundo, pode-se referir a uma sociedade do conhecimento que se estabelece e em torno da qual, muitos interesses se fazem presentes.

Em *Schwartzman* (Org. sem data, p.15), o autor coloca a seguinte observação sobre a questão da sociedade do conhecimento:

As sociedades contemporâneas são freqüentemente descritas como “sociedades do conhecimento”. As atividades econômicas, sociais, culturais e quaisquer outras atividades humanas tornaram-se dependentes de um enorme volume de conhecimento e informação. A economia do conhecimento baseia-se no desenvolvimento para os mercados mundiais de produtos sofisticados, que fazem uso de conhecimento intensivo, e na crescente concorrência entre países e corporações multinacionais, com base em sua perícia científica e tecnológica. Mas, a importância do conhecimento baseado em ciência não se limita a seus impactos sobre o setor de negócios. Questões como proteção ambiental, mudança climática, segurança, cuidados de saúde preventiva, pobreza, geração de empregos, equidade social, educação geral, decadência urbana e violência dependem de conhecimento avançado para ser adequadamente compreendidas e traduzidas em práticas políticas efetivas. Estas necessidades são urgentes e os países não deveriam ter a desculpa de não fazer uso do melhor conhecimento possível para lidar com suas questões econômicas e sociais, objetivando o que geralmente se entende por “desenvolvimento sustentável” (Serageldin 1998). Mesmo se a economia não for muito desenvolvida e as instituições educacionais forem de baixa qualidade, como se encontram muitas na América Latina, há quase sempre espaço para desenvolver a competência científica, não necessariamente a um custo muito alto.

A sociedade do conhecimento é uma realidade que se coloca no mundo onde o ensino universitário, positivamente se desenvolve, e deixa a sua marca no contexto do comportamento e das diretrizes da sociedade que também avança sob sua influência.

Então também os avanços que se experimentam em vários campos das ciências são delegados as instâncias competentes como as universidades, e tanto na economia como nas políticas públicas, os conhecimentos adquiridos são fundamentais na promoção do desenvolvimento territorial e conseqüentemente no humano.

O fato é que salvo os casos de total sucesso na relação universidade-território-desenvolvimento, nem sempre tal fato se concretiza de forma tão harmônica e vantajosa, porém a presença da universidade, mesmo em meio as dificuldades nas quais se encontram, promovidas muitas pelas próprias condições econômicas desfavoráveis, as universidades tem a capacidade desenvolver produções científicas que acabam contribuindo para as suas regiões; sobretudo aqui quando se pensa no ensino superior em si, na formação profissional das pessoas, que ajuda diretamente na superação das desigualdades sociais muito presente nos países latinos.

Tal fato pode ser verificado também quando se observa o percentual de pessoas que estão envolvidas no ensino superior em vários países, inclusive no que tange a percepção de como vem se processando o avanço da sociedade do conhecimento nestas nações, conforme mostram os gráficos na Figura 2.15 a seguir:

Percentual de indivíduos entre 25 a 34 anos com ensino superior nos países da OCDE¹⁵ e do G20¹⁶

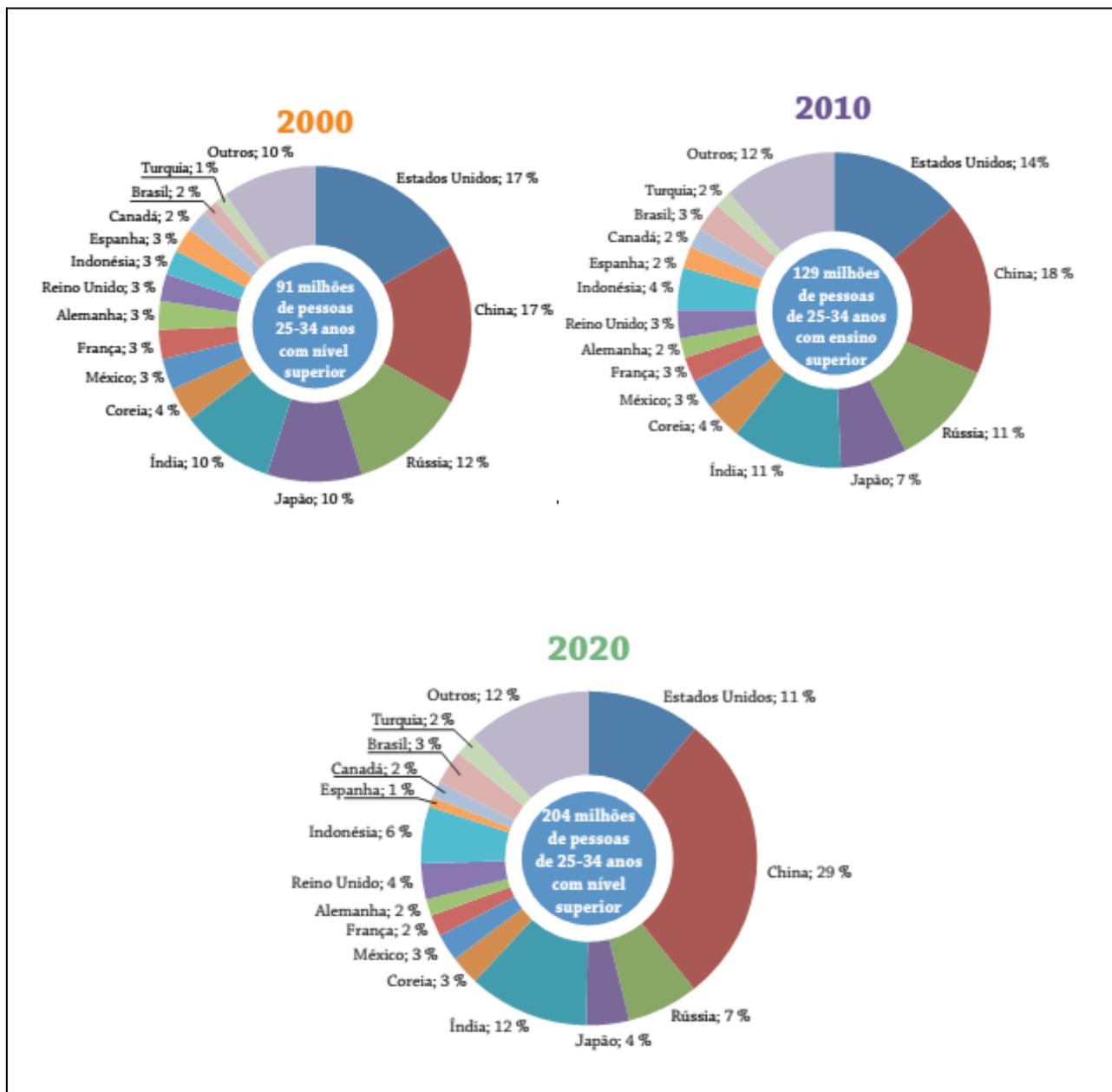


Figura 2.15 Percentual de indivíduos entre 25 a 34 anos com ensino superior nos países da OCDE e do G20. Em Indicadores Educacionais em Foco. Fonte: Base de Dados da OCDE, UNESCO e “websites” nacionais de estatísticas da Argentina, China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita e África do Sul. <http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/INDICADORES%20EDUCACIONAIS%20EM%20FOCO%20N%C2%B05.pdf> Em: 10/05/2013.

Nela os gráficos expõem a as taxas de pessoas entre 25 a 34 anos que estão no

¹⁵ Organisation Economic Co-operation and Development, países membros: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

¹⁶ Países em desenvolvimento, países membros: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e Países membros da União Européia.

ensino superior em países que participam da OCDE e do G20.

No ano de 2000, o país com menor taxa de pessoas no ensino superior é a Turquia com apenas 1%, seguido depois pela Brasil e Canadá (2%), passando por alguns com taxas entre 3 a 4%, depois sobe vertiginosamente para 10% até alcançar a estimativa de 17% para Estados Unidos e China. Então se percebe que á uma disparidade visível de pessoas neste nível de ensino no ano em questão.

Dez anos depois em 2010, estas taxas aumentam um pouco para alguns países, mas não quebra a diferença entre eles conforme já observado anteriormente, ou seja, no caso do Brasil sobre para apenas 3%, mantendo o país ainda em grupo onde este percentual é bem sofrível. Os EUA diminui um pouco, a China cresce, mas são ainda aqueles que dominam o ranking.

Já para um diagnóstico relativo ao ano de 2020, o que se mostra é que este percentual crescerá significativamente para alguns países como a China que vai para cerca de 209% e a Indonésia que no grupo que tinha baixa percentual de pessoas no ensino superior é q que experimenta mais crescimento. Nos Estados Unidos se verifica também uma queda na taxa, mas não deixa de sustentar um percentual importante dentro do grupo de países estudados.

Esta variação das taxas de pessoas entre 25 a 34 anos no ensino superior está ligada a questões como: contingente populacional, investimento financeiro na educação superior, situação econômica, e outros, além da tradição de alguns em já manterem um número quase permanente de indivíduos neste ensino.

Países como Estados Unidos, Rússia e Japão, por exemplo, já vem sustentando taxas mais altas no grupo, e com o tempo não cresce muito, não porque houve diminuição de pessoas mas porque eles conseguem se estabilizar mais nesta situação, já outros como a China que sustenta um crescimento demográfico sempre crescente tende consequentemente a aumentar seu percentual de pessoas no ensino superior. O Brasil, não cresce significativamente no diagnóstico feito pela OCDE para o ano de 2020, tal situação pode estar atrelado aos parques investimentos que se tem feito para a educação superior, conforme se verá posteriormente neste trabalho.

O interesse em mostrar estas taxas reside no fato de se perceber com o crescimento da sociedade do conhecimento, como de fato os países tem mantido seu pessoal no ensino superior. Se verifica que há uma tendência de crescimento, mas que não se aplica a todos os países, porém somando o conjunto das realidades e considerando que estar-se em um mundo globalizado, onde o conhecimento não obedece de fato fronteiras, então esta sociedade tem crescido e crescerá futuramente, e isto soma

um caráter mais firme e dominante da informação como principal ferramenta de mudanças nas sociedades e no territórios.

Outra denominação importante em uso para conceituar o desenvolvimento regional a mercê da universidade é a chamada tecnópolis, que segundo Maia (2005, p.135), pode assim ser vista:

Trata-se de um modelo de desenvolvimento regional integrado que envolve universidade, empresa e governo... Uma cidade ou região existente pode se transformar em tecnópolis, desde que busque a inovação, através de conceitos e instrumentos apropriados, e a transforme em bens e serviços. Esses instrumentos devem ser utilizados para enfrentar os desafios de uma economia global. Para tanto, são imprescindíveis investimentos em saneamento básico, infra-estrutura urbana, planejamento de bairros, educação etc., de forma a atrair empresas de alta tecnologia e conhecimentos científicos e promover melhoria significativa da qualidade de vida de seus habitantes.

Esta íntima relação da universidade com a empresa e o governo é uma tendência forte do futuro da influência dela sobre o território, no entanto é preciso que a região esteja investindo na sua estrutura física e de serviços para que possa estar sempre atraindo novas empresas e estas por sua vez se integrem a universidade na produção científica que irá beneficiar a economia como um todo.

Deste ponto de vista, a universidade sozinha, mesmo com a melhor das pretensões não pode provocar um desenvolvimento regional, sem que as políticas públicas não estejam cuidando das necessidades que contribuam para o bem estar social.

É preciso que se agregue as ações universitárias às ações das políticas locais no cuidado com as cidades e com o seu desenvolvimento, para que a relação entre elas gerem de fato mudanças que venham a culminar com o avanço tanto das instituições como da sociedade como um todo.

Por outro lado, mas fazendo parte deste contexto, em *Sguissardi* (2005, p.215), o autor coloca a seguinte afirmativa:

Jamais como hoje a universidade foi pensada como parte da economia. Jamais como hoje o conhecimento, a ciência e a tecnologia foram tão valorizados como mercadoria capital a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais. Se o diagnóstico neoliberal aponta a falta de competitividade como a grande fragilidade da economia, na crise do Estado do Bem-Estar, é essa característica-chave da empresa econômica e do mercado que, aos poucos, vai se implantando na universidade e tornando-se constitutiva de sua identidade. A idéia de uma universidade organizada e gerida nos moldes empresariais, trabalhando com uma semimercadoria no quase mercado educacional está cada vez mais presente no discurso e nas práticas oficiais das políticas públicas de educação superior.

Aqui a universidade é colocada de uma maneira mais profundamente ligada ao

setor empresarial, uma vez que se espera dela a parceria de onde advém o conhecimento, a prática científica que irá sustentar o avanço das empresas.

Então a sociedade moderna pensa cada vez mais a universidade como uma parte integrante da empresa, uma vez que ambas devem estar juntas no processo econômico, para garantir o fomento ao conhecimento e por conseguinte da competitividade em uma busca incessante pelo sucesso financeiro.

O futuro então mostra que conhecimento e produção estão ainda mais intimamente ligados, vendo assim a universidade acaba, além de assumir um papel notadamente social, conforme já se vem comentando aqui, acaba assumindo também uma forte responsabilidade na economia através da transferência de conhecimentos.

Também em Santos (2005, p.148), este assunto passa a ser visto de forma sistematicamente colocada assim:

As ideias que presidem à expansão futura do mercado educacional são as seguintes:

1. Vivemos numa sociedade de informação. A gestão, a qualidade e a velocidade da informação são essenciais à competitividade econômica. Dependentes da mão de obra muito qualificada, as tecnologias de informação e de comunicação têm a característica de não só contribuírem para o aumento da produtividade, mas também de serem incubadoras de novos serviços onde a educação assume lugar de destaque.
2. A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação, de aumento de eficiência na economia de serviços e ainda como condição de empregabilidade, uma vez que quanto mais elevado for o capital humano, maior é a sua capacidade para transferir capacidades cognitivas e aptidões nos constantes processos de reciclagem a que a nova economia obriga.
3. Para sobreviver, as universidades têm de estar ao serviço destas duas ideias mestras – sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores.
4. Nada disto é possível na constância do paradigma institucional e político-pedagógico que domina as universidades públicas. Este paradigma não permite: que as relações entre os públicos relevantes sejam relações mercantis; que a eficiência, a qualidade e a responsabilização educacional sejam definidas em termos de mercado; que se generalize, nas relações professor-aluno, a mediação tecnológica (assente na produção e consumo de objectos materiais e imateriais); que a universidade se abra (e torne vulnerável) às pressões dos clientes; que a concorrência entre «os operadores do ensino» seja o estímulo para a flexibilidade e adaptabilidade às expectativas dos empregadores; que a selectividade na busca dos nichos de consumo (leia-se recrutamento de estudantes) com mais alto retorno para o capital investido.
5. Em face disto, o actual paradigma institucional da universidade tem de ser substituído por um paradigma empresarial a que devem estar sujeitas tanto as universidades públicas, como as privadas, e o mercado educacional em que estas intervêm deve ser desenhado globalmente para poder maximizar a sua rentabilidade. O favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos.

A universidade sobre esta pode de vista da citação tem caminhos longos a

percorrer dentro das novas expectativas que se cria em torno dela em meio a chamada sociedade da informação, ou seja, que demanda por conhecimento e ao mesmo tempo tem nele o seu principal baluarte de sobrevivência.

Deste modo tanto a aquisição do conhecimento, assim como da sua aplicabilidade e dos frutos que serão gerados a partir dele, movimentam a entrelaçada rede de interesses e necessidades que estarão influenciando as diretrizes econômicas das nações e portanto elas devem investir mais em conhecimento.

Porém como a universidade se defronta com duas situações bem claras a sua frente que são a sociedade e busca de informação e a economia em busca do conhecimento, ela deve procurar então se adaptar-se ou modificar-se a mercê destas novas realidades e ou exigências que lhes são apresentadas.

Notadamente que isto não é algo fácil e ou possível em uma primeira instância, uma vez que, principalmente as universidades públicas em meio as suas conjecturas administrativas e ideológicas internas acabam não permitindo tão facilmente esta inserção da universidade diretamente no mercado, ou meso que ela volte o seu trabalho para atendê-lo genuinamente.

Para que este fato se concretize de verdade as universidades teriam que entender melhor as situações que lhes são colocadas por esta nova demanda social e econômica e por ai promover mudanças internas que possam vir a abrir suas diretrizes pedagógicas para o mercado que ai se encontra.

Portanto se trava aqui um verdadeiro desafio a seguir: as universidades se abrirem mais e ou seguirem os parâmetros do mercado empresarial, a fim de atenderem melhor o que se mostra nas tendências dele, pois só assim poderia estar correspondendo mais de perto a demanda por conhecimento da sociedade, chamada de sociedade da informação e da economia com o chamado mercado do conhecimento.

Já em *Didrikson* (sem data, p.24), se encontra mais um reforço a esta realidade que é a seguinte:

- 1) Nos encontramos en un nuevo periodo, en donde se manifiesta la reorganización del conjunto de las esferas de la vida política, social y económica, por la intermediación de la producción y la transferencia de nuevos conocimientos y tecnologías sobre todo relacionadas con la informatización, las telecomunicaciones, así como en la biotecnología y en la nanotecnología.
- 2) En este periodo uno de los sectores que tiene mayor participación, pero también que resiente los impactos de estos cambios es el de las instituciones de educación superior, porque sus tareas y trabajos se relacionan directamente con el carácter de los niveles de desarrollo e innovación de los principales componentes de la ciencia y la tecnología. Ello, porque gran cantidad de aspectos, para que este proceso ocurra, dependen de estas instituciones educativas, sobre todo por lo que se aprende y se organiza como conocimiento, por la calidad y la complejidad en la que se realiza y la magnitud y calidad que todo ello representa

para la sociedad.

3) Las instituciones de educación superior están destinadas, en consecuencia, a tener un papel fundamental en la perspectiva de una sociedad del conocimiento, sobre todo si pueden llevar a cabo cambios fundamentales en sus modelos de formación, de aprendizaje y de innovación.

Dado o seu caráter de manter integridade com a tecnologia e com o conhecimento, as universidades são as principais instâncias sociais envolvidas com o desenvolvimento regional, porque suas ações estão dirigidas a formação e constituição intelectual dos indivíduos.

Desta forma as universidades são instrumentos valiosos de inovação, envolvidas com tarefas que induzem ao crescimento da sociedade do conhecimento em seus mais variados aspectos, provocando mudanças importantes e irão culminar com o surgimento de novos caminhos.

Também *Valdirán García* (2006, p.387) aborda um outro lado da questão que é a presença dos parques tecnológicos e indústrias que forçam a universidade a se comprometer mais com a difusão do conhecimento:

En la nueva relación entre Universidad y Ciudad, el papel de la nueva economía es crucial. Aparecen los parques tecnológicos, zonas industriales que generan riqueza y conocimiento, donde se instala la investigación y la tecnología de punta. Estas nuevas realidades, pueden interpretarse como oportunidad o como amenaza para la Universidad, en la medida en que la institución que durante siglos ha albergado el conocimiento pierde su monopolio y, se ve forzada a adoptar medidas estratégicas que le permitan desempeñar un papel clave en la creación y difusión de conocimiento.

Neste sentido, a presença das zonas industriais e as áreas de uso maciço das tecnologias que também desenvolvem tecnologias acabam contribuindo para que as universidades, em meio a situação posta, acabem investindo mais no conhecimento e na disseminação do mesmo, com vistas a fazer face a esta demanda gerada pelas circunstâncias locais.

Seguidamente *Melo* (2002 p.158), coloca uma situação aplicada ao caso brasileiro no que diz respeito a relação empresa-universidade, ou da universidade diretamente envolvida no contexto da produção e das tecnologias que estão no seio do mercado:

As relações da universidade pública brasileira com o setor produtivo, de certa maneira, desenvolveram-se muito lentamente, ainda são incipientes e estão pouco institucionalizadas. A pesquisa desenvolvida por essas instituições sobrevive com poucos recursos dos governos federal e estaduais. Essas instituições, estão localizadas em grandes centros, recebem apoio em maior escala de órgãos financiadores da pesquisa e do governo, especialmente por estarem consolidadas, possuem laboratórios muito bem estruturados e de serem capazes de desenvolver tecnologias de ponta. Além de contarem com uma equipe de pesquisadores de maior destaque no país.

Mesmo ciente das novidades e dos benefícios que esta nova feição da universidade traz ao universo social, no caso brasileiro ainda é muito pequeno e se desenvolve a passos lentos, ou seja, as relações das universidades brasileiras com o setor produtivo de onde advém uma série de atitudes que poderiam causar um intercâmbio de conhecimentos com benefícios para ambos ainda estão abaixo das expectativas, em função exatamente dos poucos recursos votados as pesquisas.

Em grandes centros como: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outros, é possível verificar as universidades se veem cada vez mais comprometidas com órgãos financiadores de pesquisa no país e assim acabam desenvolvendo mais esta relação com o mercado produtivo, mas isto não é uma realidade que se aplica a todo o país, ficando a maioria ainda a dever um papel mais incisivo neste aspecto.

Melo ainda coloca que:

A medida que a globalização foi se instalando e a abertura econômica se tornou uma realidade no Brasil, houve a percepção das deficiências e pouca competitividade da empresa brasileira, e a falta de cultura do empresário brasileiro em desenvolver tecnologias. Como fazer isso sozinha ainda não é possível para a maioria das empresas, elas estão sendo estimuladas a procurar a universidade. Portanto, pode-se afirmar que neste momento, é a empresa quem está se aproximando da universidade, mesmo que elas tenham pouca tradição de valorização do conhecimento, e, por isso, quase não desenvolvem atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). No Brasil, estima-se que apenas 8 mil cientistas estejam trabalhando para empresas, 11% do total de cientistas no país. Nos EUA há mais ou menos 800 mil, cerca de 80% do total de cientistas naquele país. Na Coreia do Sul há 80 mil cientistas em empresas. E, para que a empresa e a universidade possam interagir de maneira virtuosa, cada uma das organizações fazendo seu papel, é essencial que os cientistas envolvidos com as empresas sejam capazes de formular e desenvolver seus projetos e de localizar nas universidades aquelas que possam contribuir.

Por outra via, mesmo em meio a realidade comentada acima, as empresas acabam se voltando para as universidades, uma vez que a carência por conhecimentos e a competitividade entre estas instâncias produtivas, fazem com que elas precisem buscar no ensino superior a mão de obra especializada que possa atender as suas necessidades de produção e também o desenvolvimento das tecnologias que sustentem sua existência no mercado econômico.

Deste modo, os vínculos devem existir, porque esta é uma realidade da economia globalizada, que também vem nas universidades poderosos agentes de desenvolvimento local e regional a partir do conhecimento que transferem as várias instâncias da sociedade e portanto acabam estabelecendo relações que devem em algum momento se firmar e se concretizar em resultados positivos.

Assim, não há como desvincular os papéis da universidade – empresa – sociedade, ambos estão em uma complexa rede de interdependência, o que se coloca então são os fatores que estão envolvidos em cada um dessas instâncias e que nem sempre é fácil de medir, porém o seguinte esquema da Figura 2.16 coloca em linhas gerais este fato:



Figura 2.16 A Universidade no Território. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, Uesb/DG, 2013.

Na complexa estrutura da formação do território pode-se colocar aqui a universidade como um dos principais autores do seu desenvolvimento, seja por intermédio da sua relação com a economia através do mercado produtivo e das empresas, ou mesmo através da sociedade e do governo.

A universidade como protagonista do desenvolvimento territorial, exerce ações de âmbito econômico, político, social de forma direta e indireta seja através do ensino, da pesquisa e extensão, os seus principais pilares de sustentação.

No ensino ao formar o profissional e inserindo um novo indivíduo com conhecimentos na sociedade, a universidade confere capacitação e qualidade aos serviços desenvolvidos no comércio, na indústria, na agricultura, na educação básica e tantos outros setores.

Neste sentido ela aparece como uma instância de não só institui um conhecimento científico, mas o operacionaliza quando o cidadão ocupa as atividades do mercado de

trabalho, transferindo para ele, as habilidades que então adquiriu na universidade.

Neste sentido a universidade aparece como uma um suporte importante para a economia ao lhe dar a estrutura de pessoal especializado que, por conseguinte, terá melhores condições de corresponder aos serviços do competitivo mercado produtivo.

Paralelamente com fomento as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias, a universidade segue por apresentar importantes meios de permitir o avanço das empresas, habilitando-as e instrumentalizando-as dentro de um sistema competitivo e universal que é o capitalismo.

Quando comprometida com o social, suas diversas atuações e programas de ensino, assistência à saúde, capacitação de pessoal, atividades culturais, atividades esportivas, assessorias empresarias, assessorias jurídicas e muitas outras, acabam aproximando-a de forma muito direta da comunidade, que aparece não só usufruindo dos seus benefícios, mas se constituindo em um termômetro das atitudes proativas da universidade em relação a ela.

Vale pensar também que esta relação universidade-comunidade, quando baseada na preocupação em ajudar a população mais carente e portanto ávida de necessidades, a universidade acaba por estabelecer uma política de inclusão social, e mostrar para sua região que o seu cerne de existência não é vinculado apenas as demandas de uma classe intelectual ou mesmo que está a procura de profissionalização.

Também neste cenário, a universidade, acaba por se envolver nas políticas públicas, pois ao conhecer a realidade local e se envolver com ela, pode contribuir de forma importante e decisiva para o traçado de novas diretrizes administrativas que possam reverter os quadros das desigualdades sociais que são verdadeiros entraves ao desenvolvimento regional.

Se poderia aqui relatar uma série de elementos que estão envolvidos neste longo caminho de tarefas e ações universitárias, mas já fica o entendimento principal de que ela não está apenas como uma estrutura elitista a contemplar um conhecimento diplomado ou que possa conferir um *status* social ao indivíduo por esta razão, mas que está sobretudo e cada vez mais comprometida, envolvida com a situação regional que está no seu entorno e por consequência com todos os seus problemas, ansiedades, necessidades, entraves econômicos, diretrizes políticas e toda sorte de fatos que não podem e não devem ser passados despercebidos pela universidade.

A universidade do hoje e do futuro é portanto aquela que a despeito da procura por melhor qualidade do seu ensino, pela diversificação dos seus cursos, pelos investimentos em pesquisas, pelos programas extensionistas, tem compromisso social, não porque

tenha que cumprir um dever que sobressaia as instâncias políticas responsáveis, mas por entender que tem ferramentas possíveis para reversão dos quadros de pobreza junto a sociedade e a partir de então favorecer o real desenvolvimento territorial.